

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA DEPARTAMENTO DE  
MUSEOLOGIA

PALOMA CHRISTINA NASCIMENTO DE JESUS

**OURO PRETO, CIDADE PATRIMÔNIO:  
A PRESENÇA DA MUSEALIDADE EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**

Ouro Preto, MG  
2023

Paloma Christina Nascimento de Jesus

**OURO PRETO, CIDADE PATRIMÔNIO:  
A PRESENÇA DA MUSEALIDADE EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela de Lima Gomes  
Linha de Pesquisa: Preservação e Seus Meios

Ouro Preto, MG  
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Paloma Christina Nascimento de Jesus**

**OURO PRETO, CIDADE PATRIMÔNIO:  
A PRESENÇA DA MUSEALIDADE EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovada em 24 de agosto de 2023

### Membros da banca

Doutora Gabriela de Lima Gomes- Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora Priscilla Arigoni Coelho (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Mestre Edson Fialho de Rezende (Universidade Federal de Ouro Preto)

Gabriela de Lima Gomes, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/08/2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Gomes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/08/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1151973** e o código CRC **524DC004**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008710/2026-12

SEI nº 1151973

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163  
Telefone: (31)3559-1967 - [www.ufop.br](http://www.ufop.br)

## AGRADECIMENTOS

Insistentemente eu sempre retomo a frase do geógrafo brasileiro Milton Santos que diz: “O mundo é o que se vê de onde se está”. Por meio dela busco, continuamente, expandir meu olhar abrindo espaço para vistas de novos horizontes. Compreendo, através dela, o privilégio que tenho de ser atravessada por diferentes olhares amorosos, construtivos e atentos que cruzam os meus.

Por parte de mãe sou a primeira da família a ingressar no ensino superior e por parte de pai sou uma das poucas. Portanto, a graduação sempre foi um sonho coletivo e “sonho que se sonha junto é realidade”. Dedico esse trabalho aos meus avôs maternos Eva e José Delfino (em memória) e paternos Dalva (em memória) e Geraldo (em memória).

À minha mãe Vilma, meu amor, agradeço por todo esforço e empenho ao longo dos anos para que eu pudesse seguir o caminho que escolhi. Ao meu pai Luciano, minha maior referência, agradeço pelo companheirismo e por sempre expandir meu olhar. Agradeço às minhas tias Luciana, Lucineia, Misleine e meus tios Edson e Jorge que, apesar da distância física, se manteve presente e amoroso. Agradeço ao meu irmão Vinícius e aos primos Grazi e Lucas pela parceria de vida. Aos meus amigos Bela e Lulu por todo incentivo desde antes de me ingressar na universidade. Agradeço também meu companheiro Eduardo pelo amor, por todo apoio e por somar forças durante o processo de escrita deste trabalho.

Às minhas colegas de turma Amanda, Bia e Rafa por toda partilha e gargalhadas que certamente não se encerram por aqui. À Jorge Lopes sou imensamente grata pela amizade, generosidade, pelas infinitas trocas e alegrias que me proporcionou nesses últimos anos. À toda equipe do Museu do Oratório pela acolhida e contribuições inestimáveis para minha formação profissional.

Gratulações a todo corpo docente e técnico da Universidade Federal de Ouro Preto, em especial, ao Departamento de Museologia. Aos professores Fábio Hering e Priscilla Arigoni por me apresentarem caminhos e enriquecerem minha trajetória com sabedoria e cuidado. À Adilson Santos que esteve comigo desde o primeiro dia de universidade por todas orientações e incentivo.

Afetuosamente à professora Gabriela de Lima Gomes - que se tornou uma grande amiga - pela inestimável contribuição, que se reflete neste trabalho e em tantos outros que construímos juntas; agradeço pela escuta, por apostar em meus

sonhos e sonhar comigo.

A todos os citados e muitos outros que contribuíram direta ou indiretamente para essa trajetória, muito obrigada!

## RESUMO

A Museologia, entre as décadas de 1970 e 1980, passou por transformações significativas, impulsionando reflexões críticas sobre suas práticas e teorias. Nesse contexto, emergiu a Nova Museologia desafiando a elitização das representações museais e promovendo a interação entre patrimônio cultural e sociedade. Este trabalho investiga a relação entre musealidade e território, articulando a perspectiva museológica com aportes da Geografia Humana, a partir da análise do bairro Nossa Senhora da Piedade, no município de Ouro Preto (MG). A pesquisa busca compreender os aspectos que tornam a musealidade um elemento fundamental na interpretação do patrimônio, evidenciando as múltiplas camadas culturais, simbólicas e identitárias que conformam o território. A partir desse entrelaçamento, enfatiza-se o potencial da musealidade como ferramenta para a valorização das expressões culturais periféricas, contribuindo para a ampliação dos horizontes da prática museológica contemporânea.

**Palavras-chave:** Musealidade, Nova Museologia, Patrimônio, Território, Periferia.

## **ABSTRACT**

Museology underwent significant transformations between the 1970s and 1980s, prompting critical reflections on its practices and theories. In this context, the New Museology emerged, challenging the elitization of museum representations and promoting interaction between cultural heritage and society. This paper investigates the relationship between museality and territory, articulating the museological perspective with contributions from Human Geography, based on an analysis of the Nossa Senhora da Piedade neighborhood, in the municipality of Ouro Preto (MG). The research seeks to understand the aspects that make museality a fundamental element in the interpretation of heritage, highlighting the multiple cultural, symbolic and identity layers that make up the territory. From this intertwining, the potential of museality as a tool for valuing peripheral cultural expressions is emphasized, contributing to broadening the horizons of contemporary museological practice.

**Keywords:** Museality, New Museology, Heritage, Territory, Periphery.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pillar - Ano: 1800                                                    | 13 |
| Figura 2: Ternário                                                                                                      | 36 |
| Figura 3: Evolução da ocupação do bairro N. S. da Piedade entre os anos de 1986 e 2004                                  | 41 |
| Figura 4: Quadro de imagens da oficina “Sentidos urbanos: Patrimônio e Cidadania” (2022)                                | 46 |
| Figura 5: Mapa gerado pelos estudantes da E. M. Izaura Mendes com os Referenciais Culturais do bairro Piedade           | 48 |
| Figura 6: Igreja Nossa Senhora da Piedade (2022)                                                                        | 49 |
| Figura 7: Vista para o mundéu (2022)                                                                                    | 50 |
| Figura 8: Quadra esportiva do bairro Piedade (2022)                                                                     | 50 |
| Figura 9: Centro Cultural do Bairro Piedade - CCBP (2022)                                                               | 51 |
| Figura 10: Quadro de Imagens do evento “Fala Favela” realizado na quadra esportiva e no mundéu (2010)                   | 52 |
| Figura 11: Quadro de prints do instagram do coletivo PiedadeCitty                                                       | 52 |
| Figura 12: Quadro de imagens capturadas por meio da técnica pinhole na oficina Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania | 53 |



## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                 |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                               | <b>9</b>  |
| <b>1. A CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL</b>                                                                                                                                          | <b>12</b> |
| 1.1 PANORAMA HISTÓRICO                                                                                                                                                          | 12        |
| 1.2 CONTEXTO PATRIMONIAL                                                                                                                                                        | 14        |
| <b>2. OS CONCEITOS DE MUSEALIDADE E TERRITÓRIO</b>                                                                                                                              | <b>18</b> |
| 2.1 A MUSEALIDADE NA TEORIA MUSEOLÓGICA                                                                                                                                         | 18        |
| 2.2 PENSANDO O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA CULTURAL                                                                                                                               | 27        |
| <b>3. ENTRELACEMENTOS POSSÍVEIS ENTRE MUSEALIDADE E A EXPRESSÃO<br/>SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA PIEDADE NO<br/>MUNICÍPIO DE OURO PRETO, MINAS GERAIS</b> | <b>33</b> |
| 3.1 PATRIMÔNIOS, SUJEITOS E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS                                                                                                                             | 33        |
| 3.2 TERRITÓRIO E MUSEALIDADE NO BAIRRO PIEDADE                                                                                                                                  | 39        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                                                                  | <b>56</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                                           | <b>60</b> |

## INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Museologia passou por mudanças significativas e substanciais. No âmbito internacional, deu-se início a reflexões críticas sobre suas práticas, técnicas e teorias. Naquele momento, os profissionais e acadêmicos passaram a questionar o caráter elitista, em que as representações giravam em torno de um grupo social específico. Nesse contexto, surgiu o movimento denominado Nova Museologia que, segundo Cury (2005, p. 63), não é uma outra em contraste com a antiga, mas sim um modelo metodológico de interação entre o patrimônio cultural e a sociedade. Essa linha dentro do campo museológico, que vem sendo amplamente estudada e adotada desde então, também reconhece que o objeto de estudo da Museologia não é o museu, assim como “a pedagogia não é a ciência da escola e a medicina não é a ciência do hospital” (MENSCH, 1994, p. 15).

Caminhando nesse sentido, este trabalho surgiu a partir do interesse em compreender as diferentes formas de atuação do campo museológico. Entendendo a Museologia enquanto ciência interdisciplinar que dialoga com diversas áreas do conhecimento, este trabalho propõe uma conversa com a Geografia. As pesquisas desenvolvidas interligaram a Nova Museologia e o movimento da Geografia Humana como aparato para investigar a relação dialógica entre Musealidade e Território, tendo como campo investigativo o bairro Nossa Senhora da Piedade – Ouro Preto (MG). Este estudo buscou analisar o conceito de Musealidade – cunhado pelo museólogo tcheco Zbyněk Zbyslav Stránský – desde sua criação, examinando sua solidificação dentro da Museologia a partir de diferentes contribuições de pesquisadores do campo. Buscou-se compreender de que maneira esse conceito pode impactar disciplinas correlatas e como ele pode influenciar nas abordagens e métodos utilizados para a conservação e interpretação do patrimônio.

Ao enfatizar a perspectiva cultural do território, analisando não apenas suas características físicas e funcionais, adentramos nas múltiplas estratificações do espaço geográfico. A pesquisa busca, assim, desvendar as camadas que permeiam o território, evidenciando as práticas culturais, tradições, narrativas e expressões artísticas que o compõem, considerando, então, como as representações culturais são essenciais para compreender a dinâmica da ocupação, apropriação e uso do espaço.

No entanto, ao entrelaçar o território com a Nova Museologia, evidenciando seu caráter de disciplina aplicada, busco visualizar e vislumbrar uma Museologia mais democrática, acessível e que reconheça a pluralidade dos patrimônios, sendo estes de natureza material ou imaterial, comprometida com o bem-estar e com o desenvolvimento social. Para Soares:

“... o pensamento museológico deveria ampliar os horizontes e romper com as barreiras e limites de preconceitos enraizados em sua prática. **Suas idéias devem ser abertas e livres, para que se dê a prática democrática.** Devem servir aos indivíduos e à sociedade, e assim salvaguardar nosso patrimônio futuro, em seu sentido mais amplo, no presente ativo. A Museologia deve abrir um espaço teórico para explorar o presente, em relação ao passado (como forma de proteção), e o futuro (melhorando a vida humana).” (SOARES, 2009, p. 40, grifo nosso).

Por conseguinte, a monografia está organizada em três capítulos. O primeiro ponto abordado – A cidade Patrimônio Cultural – apresenta um breve panorama acerca da construção da cidade de Ouro Preto/MG, passando pelos principais acontecimentos históricos a partir da chegada dos colonizadores europeus ao território mineiro, o que desencadeou a exploração de minerais na região. No primeiro tópico, discorro sobre a formação política da cidade, sua importância e força durante o período colonial. Em seguida, trago à tona seu declínio e esquecimento após a escassez do ouro. Já no segundo tópico, são apresentados os principais acontecimentos referentes ao contexto patrimonial, sobretudo no que tange às políticas de preservação do patrimônio. Evidencio o movimento modernista como uma ferramenta fundamental para a “redescoberta” da cidade sob uma ótica histórica, agora enquanto sítio dotado de uma aura simbólica. A partir de então, trago à cena a criação de políticas e instituições de salvaguarda do patrimônio brasileiro que, como veremos, se inicia a partir da história da cidade-patrimônio, Ouro Preto.

O segundo capítulo – Os conceitos de Musealidade e Território – foi dividido em dois tópicos. No primeiro, foi feita uma revisão bibliográfica acerca do que vem a ser o objeto de estudo da Museologia, chegando, então, ao conceito-chave para a realização desta pesquisa: a musealidade. Para Vaz (2017, p. 12), mais do que uma tendência, a musealidade é uma realidade museológica, realidade enquanto um conceito que influencia e é influenciado, interagindo nas formulações e concepções de outros conceitos e práticas. Através da análise realizada, tendo como fundamentação importantes intelectuais que se debruçaram sobre o conceito,

examinei desde a sua origem, acompanhando as principais evoluções conceituais que ocorreram ao longo do tempo até chegar às abordagens contemporâneas que permeiam a musealidade.

No segundo tópico do capítulo, direcionei minha atenção para o conceito de Território, dentro da perspectiva cultural, no âmbito da Geografia Humana. Nesse momento da pesquisa, exploro diversas referências da referida área, destacando o espaço geográfico e evidenciando as múltiplas camadas de significados que constituem a identidade territorial, sendo esta um “conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica” (Haesbaert apud Fuini, 2017, p. 29).

Por fim, no terceiro capítulo – Entrelaçamentos possíveis entre Musealidade e a expressão simbólica do território no bairro Nossa Senhora da Piedade, no município de Ouro Preto, Minas Gerais – a pesquisa se voltou para interligar os conceitos de Musealidade e Território trabalhados anteriormente, com um foco específico no estudo de caso do bairro Nossa Senhora da Piedade. Neste momento, busquei traçar conexões entre a maneira pela qual a musealidade pode vir a se manifestar (e ser vivenciada) na realidade do bairro e como isso, por sua vez, influencia a dinâmica do território. Ao explorar essa relação, examinei como elementos culturais, identitários e históricos são expressos, percebidos e preservados no contexto da comunidade, contribuindo para a construção de uma musealidade singular e entrelaçada com a própria noção de território e territorialidade.

## 1. A CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL

“Bem sei que os monumentos veneráveis  
 Não correm perigo.  
 Mas Ouro Preto não é só o Palácio dos Governadores  
 A Casa dos Contos,  
 A Casa da Câmara,  
 Os templos,  
 Os chafarizes,  
 Os nobres sobrados da Rua Direita.  
 Ouro Preto são também os casebres de taipa de sapo [...]”  
 (Bandeira, 1949).

### 1.1 PANORAMA HISTÓRICO

Nos séculos XVI e XVII, devido à dificuldade de acesso ao interior do território brasileiro, as primeiras e principais áreas de ocupação do Brasil pelos colonizadores europeus foram as regiões litorâneas. Nesse período, a principal atividade econômica desenvolvida estava relacionada aos latifúndios monocultores da cana-de-açúcar. Diante da desvalorização do açúcar no mercado europeu, os colonizadores começaram a buscar outras formas de exploração da colônia, o que resultou em diversas expedições ao interior do Brasil em busca de metais preciosos.

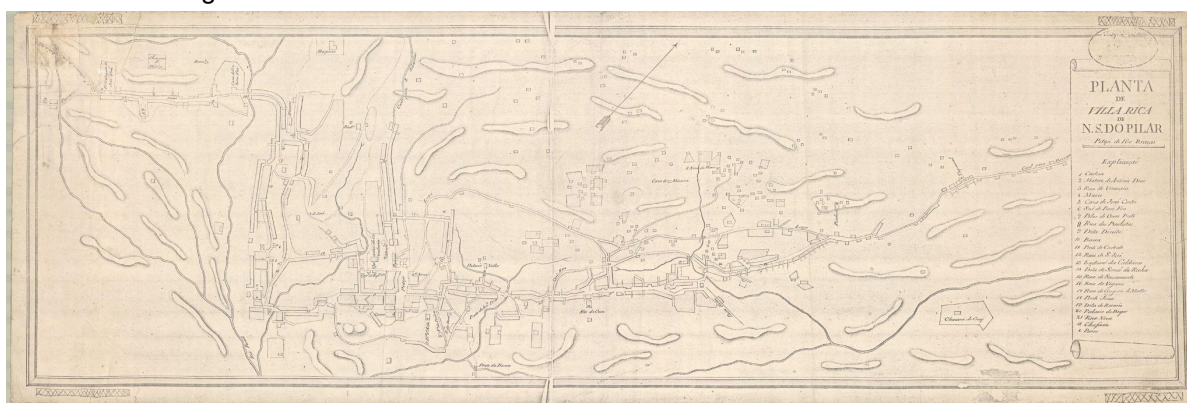
No entanto, a passagem do século XVII para o século XVIII foi marcada pela descoberta do ouro e do diamante na região de Minas Gerais, ocasionando significativas mudanças no cenário socioeconômico do Brasil. Segundo Figueiredo (2011), as jazidas encontradas principalmente em Vila Rica (atual Ouro Preto) desencadearam a corrida pelo ouro, iniciada em 1698.

A notícia da descoberta dos minerais preciosos na região do Quadrilátero Ferrífero (QF) atraiu grandes fluxos migratórios. Sem estrutura para receber uma maior quantidade de pessoas, o crescimento repentino da região resultou em problemas básicos, como a fome, que começou a assolar o território devido à restrita produção agrícola. Segundo Ferreira (2017), outra consequência foi a evasão de grande parte da população residente de diversas regiões da colônia, bem como da metrópole, causando o despovoamento dessas localidades.

Segundo Bohrer (2018), a fundação da cidade é datada de 1711, por meio da união de vários arraiais que, conjuntamente, formaram a Vila Rica de Albuquerque. A cidade que hoje é conhecida como Ouro Preto remete ao arraial do Padre Faria, fundado pelo bandeirante Antônio Dias de Oliveira, pelo Padre João de Faria Fialho,

pelo Coronel Tomás Lopes de Camargo e por um irmão deste, por volta de 1698. Tornou-se o centro urbano, econômico e político do país, chegando a ser a cidade mais populosa da América Latina. Ainda de acordo com o referido autor, em 1720 foi nomeada capital da nova capitania de Minas Gerais e, mais tarde, em 1823, recebeu o título de Imperial Cidade, sendo oficialmente a capital da província das Minas Gerais, agora chamada de Imperial Cidade de Ouro Preto.

Figura 1: Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar - Ano: 1800



Fonte: Coleção de documentos cartográficos do APM<sup>1</sup>

Com o desenvolvimento da cultura cafeeira em São Paulo e a escassez do ouro, Ouro Preto deixou de ser a principal referência econômica do país. Por não apresentar perspectivas de desenvolvimento urbano, a cidade perdeu o status de capital mineira em 1897. Tal ação já estava prevista desde a primeira constituição republicana do estado, promulgada em 1891. Essa mudança, sem uma política de desenvolvimento local, desencadeou um êxodo populacional. A perda da centralidade política e administrativa refletiu no abandono do território, fazendo com que a maior parte da população se mudasse para a nova capital, Belo Horizonte, e para outras regiões mais prósperas naquele momento. Nas palavras de Natal (2013), Ouro Preto — diante das circunstâncias apresentadas — mergulhou em um período de esquecimento, estigmatizada como cidade decadente, velha e atrasada.

A criação da Escola de Farmácia, em 1839 — a primeira da América Latina — e, posteriormente, da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, durante o período em que a cidade ainda era capital, foram fatores que minimizaram os danos do

<sup>1</sup> Vale ressaltar a criação do Arquivo Público Mineiro por meio da Lei nº 126, de 11 de junho de 1895 objetivando “recolher e organizar os documentos relativos à memória histórica de Minas Gerais” (MENICONI, 1999, p. 70) haja vista que as cidades mineiras ditas ‘históricas’ foram eleitas como a representantes da identidade nacional que fora tão buscada nos primeiros anos da República.

esquecimento, movimentando e trazendo novas perspectivas para a região e seus moradores. Ainda assim, a cidade vivia um momento delicado para seu desenvolvimento social, político e econômico.

## 1.2 CONTEXTO PATRIMONIAL

Consagrado em 1922 com a Semana de Arte Moderna<sup>2</sup>, o modernismo no Brasil foi um marco na história das artes plásticas e literaturas brasileiras. A busca por uma identidade nacionalista foi central para o movimento modernista que eclodiu a partir de meados da segunda década do século passado com o objetivo de ressignificar nosso olhar para as produções literárias e artísticas no país rompendo com o tradicionalismo em busca do novo e, sobretudo, das origens e essência da brasilidade.

Em 1924, os modernistas mergulharam na famosa “viagem de redescoberta do Brasil”, visando encontrar as raízes da identidade nacional no interior do país. As cidades históricas de Minas foram visitadas por Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Paulo Prado, D. Olívia Guedes Penteado e outros, acompanhados do romancista Blaise Cendrars. No entanto, para Franco (2015), o modernismo assumia sua contradição essencial: na busca do novo, encontrava, através do velho, uma identidade genuinamente brasileira, encontrava uma tradição brasileira — no presente, o passado.

É justamente nesse contexto que a cidade de Ouro Preto é ‘redescoberta’, sendo, para os modernistas e intelectuais do período, “o ápice da riqueza cultural e artística do Brasil colonial que precisavam para estruturar sua defesa pela busca de nossas raízes socioculturais fixadas no passado” (Sandoval; Arruda; Santos, 2009, p. 5). A cidade, que havia sido tomada pelo esquecimento após perder a centralidade administrativa e política de Minas Gerais, é vista, neste momento, por um olhar de rememoração e simbolismo histórico. A construção do imaginário desse

---

<sup>2</sup> A Semana de Arte Moderna de 1922 foi parte da comemoração do centenário da independência do Brasil, sendo a primeira manifestação coletiva pública na história cultural brasileira a favor de um espírito novo e moderno em oposição à cultura e à arte de teor europeu predominantes no país desde o século XIX. Realizou-se no Theatro Municipal de São Paulo um festival com uma exposição com cerca de 100 obras e três sessões lítero-musicais noturnas. Conhecida como “Semana de 22” essa manifestação de cunho artístico e político trouxe à tona uma nova visão sobre os processos artísticos, bem como a apresentação de uma arte “mais brasileira” rompendo com a arte acadêmica, “inaugurando” assim, uma revolução estética e o Movimento Modernista no Brasil.

território, atrelado à ideia de nacionalismo, advém dos vestígios materiais do passado, colocados sob uma camada de testemunho de um passado histórico e coletivo, dotado de alegorias — portanto, um “lugar de memória”, que, para Nora (1993):

[...] pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência, e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. **São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.** Mesmo um lugar de aparência puramente material como um depósito de arquivos, **só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.** Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 22, grifo nosso).

Segundo Simão (2016, p. 113), é justamente nesse contexto de valorização dos sítios e monumentos setecentistas eleitos pelos modernistas que nasce a consciência de proteção ao patrimônio histórico e, com isso, são pensadas e criadas iniciativas e instituições de proteção ao patrimônio. Em 1931, Ouro Preto tornou-se pioneira no processo de institucionalização da preservação do patrimônio — em instância municipal — ao promulgar o Decreto nº 13, “que dispõe sobre diretrizes para a construção na cidade a fim de preservar o seu aspecto colonial transmitido de nossos antepassados”.

A iniciativa de criar uma política nacional de proteção do patrimônio brasileiro está ligada aos intelectuais modernistas. A pedido do ministro Gustavo Capanema, o escritor modernista Mário de Andrade realizou um anteprojeto para a criação de um instituto preservacionista com diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional, que serviu de base para a criação do Decreto-Lei nº 25/37.

Inspirada na metodologia europeia de proteção do patrimônio, desenvolvida no decorrer do Oitocentos, a legislação nacional estabelece o tombamento como o principal instituto de proteção do patrimônio. O Decreto-lei no. 25/37 define, como patrimônio histórico e artístico nacional, os bens materiais que se vinculam a fatos memoráveis ou que tenham excepcional valor, recortando, com clareza, quais os critérios a serem utilizados para a seleção das coisas a serem patrimonializadas, assim como estabelece a necessidade da inscrição dos bens nos Livros do Tombo para a efetivação da proteção (SIMÃO, 2016, p. 54).

Em 1936, três anos após a iniciativa dos agentes públicos da cidade de Ouro Preto, que criaram medidas municipais legislativas para a proteção do patrimônio,



começou a funcionar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Somente no ano seguinte, em 13 de janeiro, o órgão foi oficializado por meio da Lei nº 378, sendo integrado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), com “a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Em 12 de julho de 1933, o Decreto nº 22.298 erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional, considerando que a ex-capital de Minas Gerais “foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação” (BRASIL, 1933). Para Simão, o entendimento da cidade como obra de arte e palco de acontecimentos memoráveis, perpetuado por muitas décadas, já é visivelmente adotado nessa norma (SIMÃO, 2016, p. 113).

Como visto, o processo de patrimonialização de Ouro Preto antecedeu a criação do órgão de proteção ao patrimônio nacional. No entanto, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade ocorreu desde sua origem, sendo um laboratório para as políticas preservacionistas instauradas.

Tombada pelo IPHAN em 1938, um ano após sua criação, Ouro Preto foi a primeira cidade mineira a ser inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes, em 20 de janeiro do referido ano, sob o título “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto”. Em 21 de setembro de 1980, tornou-se a primeira cidade brasileira inscrita na Lista de Patrimônio Mundial, conferida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esse acontecimento foi um marco importante para reforçar a importância do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade e foi considerado sob a justificativa de que:

[...] o conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico de Ouro Preto, ex-Villa Rica de Albuquerque, constitui uma herança inigualável, devido ao inopinado de sua malha à inspirada textura urbana, informal, de traçado espontâneo e à sua localização nos flancos dos morros de Ouro Preto e ao longo do vale do rio Funil [...] (IPHAN, 1979)<sup>3</sup>.

Sendo escolhida:

---

<sup>3</sup> Texto presente no dossiê de candidatura disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>

Dentre os seis critérios utilizados pela UNESCO para avaliar a importância dos sítios históricos [...] por “apresentar uma obra-prima do gênio criativo humano” e “aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido” (SANDOVAL; ARRUDA; SANTOS, 2009, p. 14).

A busca pelas raízes nacionais, sob a iniciativa dos modernistas, seguida das medidas protetivas de preservação do patrimônio material, contribuiu enormemente para o desenvolvimento da cidade, atraindo novos prismas. Paralelamente à crescente patrimonial da cidade, houve também desenvolvimentos em outras instâncias que contribuíram para o crescimento populacional e a movimentação, sobretudo no setor trabalhista, com a chegada da empresa multinacional fabricante de alumínio, a Alcan Alumínios do Brasil, na década de 1950. Também no setor educacional, destaca-se a criação da Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da junção da Escola de Farmácia e da Escola de Minas, em 21 de agosto de 1969.

## 2. OS CONCEITOS DE MUSEALIDADE E TERRITÓRIO

O menino contou que o muro da casa dele era  
da altura de duas andorinhas.  
(Havia um pomar do outro lado do muro.)  
Mas o que intrigava mais a nossa atenção principal  
Era a altura do muro  
Que seria de duas andorinhas.  
Depois o garoto explicou:  
Se o muro tivesse dois metros de altura  
qualquer ladrão pulava  
Mas a altura de duas andorinhas nenhum ladrão  
pulava.  
Isso era.  
(Manoel de Barros, 2010)<sup>4</sup>

### 2.1 A MUSEALIDADE NA TEORIA MUSEOLÓGICA

A passagem da década 1970 para 1980 foi marcada por profundas transformações no campo da Museologia. Neste momento, a busca por compreender o campo como ciência estava no auge, sobretudo nas instâncias do maior fórum de discussões e estudos sobre a teoria museológica, o Comitê Internacional de Museologia conhecido pela sigla ICOFOM. Vinculado ao Conselho Internacional de Museus<sup>5</sup> o ICOFOM foi criado em junho de 1976 com o objetivo investigar o campo sob a premissa de que “todo ramo de atividade profissional necessita ser estudado, desenvolvido, e adaptado para as mudanças das condições contemporâneas – e inclui a museologia” (COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA, 1983 *apud*. Carvalho, 2022, p.7).

Foi somente em maio de 1977 na 12ª Assembleia Geral do ICOM, em

---

<sup>4</sup> Sobre a relação do poema “O Muro” e sua ligação com sociedade, território e museu: “Há no referido poema uma forte tensão entre o lado de cá e o lado de lá do muro, sem que se saiba ao certo de que lado é que estão o pomar, o menino e o poeta. Essa incerteza dá ao poema um sabor singular de verão, especialmente quando contrastado com a (in)certeza do último verso: “Isso era”. É possível imaginar que o poeta se confunda (no sentido de misturar-se e identificar-se por empatia) com as duas andorinhas; é possível imaginar também que o poeta tenha se lembrado do ditado que diz: “uma andorinha só não faz verão”; mas o poeta também pode se confundir (igualmente por empatia) com o menino, com o pomar e com o muro. Isso parece ser” (CHAGAS, M. S; PIRES, Vladimir S., 2018, p. 290).

<sup>5</sup> Criado em 1946, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização mundial não-governamental (ONG) que representa os museus e os profissionais que neles atuam. O órgão ocupa-se à promoção e salvaguarda do patrimônio natural e cultural de natureza tangível e intangível. Vinculado à UNESCO exerce um papel consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. “Apesar que não ser uma instituição acadêmica, essa associação que congrega profissionais de museus do mundo todo sempre esteve motivada a entender e estreitar as relações entre a grafia e a logia no locus museal, principalmente após vir à tona a premência de se estabelecer as teorias e conceitos que alimentam a práxis museal” (CURY, 2005, p. 46).

Moscou, que oficializou-se a criação do ICOFOM. Foi neste espaço que ocorreu o primeiro encontro do comitê onde o mesmo foi adotado como tópico do Programa Trienal do ICOM (1977-1980). Para Cury (2005) buscava-se estruturar a museologia enquanto um campo de estudo independente. Ainda para a autora nos primeiros anos de ICOFOM os principais objetivos giravam em torno da busca pela definição de museologia bem como “a constituição de um sistema de conhecimento museológico, o desenvolvimento de um programa de ensino universitário da museologia e a compreensão das interrelações da museologia com outros campos de conhecimento (CURY, 2005, p.47).

Tratando-se de um campo em ascensão, várias inquietações surgiam. Naquele momento, perguntas como “O que é a museologia e qual seu objeto de estudo?” que parecem ser simples tornaram-se complexas. Em 1980, no México, o ICOFOM avança com o tema “Museologia: ciência em formação”, norteado pela pergunta “O que é a museologia?”. Este encontro foi marcado por suas discussões acerca do objeto de estudo<sup>6</sup> do campo museológico. Nele, foram levantadas duas proposições:

[...] Na primeira, de Stránský e Gregorová, o objeto de estudo da museologia é a “relação específica entre o homem e a realidade”. Stránský desenvolveu essa abordagem no final da década de 1970 e apresentou-a como sendo o objeto de estudo da museologia, em 1980. Na segunda, por Waldisa Russio [Camargo Guarnieri] (Brasil), o objeto de estudo da museologia é o “fato museal”, a “relação profunda entre o homem e o objeto” (DoTraM apud CURY, 2020, p.130).

Seguindo as noções citadas acima, propostas pelo museólogo tcheco Zbyněk Zbyslav Stránský, temos que a Museologia possui a missão de investigar e interpretar o homem em relação à sua realidade. No entanto, o objeto da disciplina consiste na busca por investigar esse elo. De acordo com seu pensamento, a Museologia, enquanto disciplina científica, pertence às ciências sociais, sendo uma ferramenta que auxilia outras disciplinas científicas no entendimento da sociedade.

---

<sup>6</sup> O primeiro a discutir o conceito de objeto de estudo da museologia foi J. Neustupny (nos anos 50). A discussão teve lugar posteriormente, no começo dos anos 60, na República Democrática Alemã, onde um grupo de trabalho definiu o GESAMTHEIT DER MUSEUMSARBEIT (a totalidade das atividades de museu) como objeto de estudo. A discussão alemã continuou durante o I Simpósio sobre Teoria Museológica (em Brno, 1965). Os participantes do simpósio não chegaram a nenhuma conclusão (afinal, não era este o objetivo do encontro). O trabalho do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) trouxe muitos conceitos novos. Em 1986, o Comitê decidiu organizar um workshop para ter acesso ao estado da arte. Infelizmente, os resultados desse workshop nunca foram publicados e por esse motivo não puderam ter nenhuma influência sobre o desenvolvimento do pensamento relativo ao estado e conteúdo da museologia como disciplina acadêmica (MENSCH, 1994, p. 1).

Para ele, o museu é apenas um dos vários instrumentos que possibilitam a aproximação entre o homem e sua realidade.

As ideias de Stránský acerca das “tendências de conhecimento” da Museologia mudaram ao longo do tempo. Mensch (1994) detalha a linha de pensamento do museólogo, começando pelo I Simpósio sobre Teoria Museológica, que ocorreu em Brno em 1965, no qual ele define como objeto de estudo “o reconhecimento do documento primário”. Em 1974, defende que o objetivo seja “perceber e identificar... documentos que em todos os aspectos representem melhor certos valores sociais”. Esse valor documentário, o autor vai chamar de musealidade. Naquele momento, para ele, “o objeto intencional de conhecimento da Museologia é a musealidade, concebida no contexto histórico e considerando a função social presente e futura, como um todo” (STRÁNSKÝ apud MENSCH, 1994, p. 10):

Em 1980, Stransky ainda fala de musealidade como um "aspecto específico da realidade", mas sua definição de museologia mudará: A missão da museologia é interpretar cientificamente essa atitude do homem em relação a realidade (i.e. a atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas representações de valores) e fazer-nos entender a musealidade em seu contexto histórico e social." (MENSCH, 1994, p. 10-11)

É entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980 que Stránský aprofunda seu pensamento, estabelecendo como objeto central da Museologia as relações de valores intrínsecos entre o homem e sua realidade. Em sua concepção, as reflexões construídas sob esse prisma motivam “a seleção de representantes autênticos destes valores e a requisição de sua conservação...” (STRÁNSKÝ apud BARAÇAL, 2008, p. 70). Conforme Van Mensch, o pensador tcheco:

[...] formula o objeto da museologia como sendo "uma abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades (MENSCH, 1994, p. 11-12).

Baraçal (2008), ao refletir sobre qual é o real objeto do campo museológico, traz à cena a transcrição e a descrição de Stránský acerca de sua abordagem ao definir a Museologia, seu objeto e seu compromisso com o social, feitas por Desvallées, onde este apresenta a área como:

[...] uma disciplina científica diferenciada e independente, cujo objeto é a relação específica entre o Homem e a realidade, expressa objetivamente em várias formas de museus através da história, sendo uma expressão e uma parcela proporcional dos sistemas da memória. Museologia tem a natureza de uma ciência social, pertence à esfera das disciplinas da memória-documentação e contribui especificamente para a compreensão da sociedade humana (DESVALLÉES apud BARAÇAL, 2008, p. 78)

Seguindo o pensamento de seu conterrâneo Stránský, Anna Gregorová - uma das principais divulgadoras do pensamento do tcheco - cria sua própria linha tendo como objeto central da Museologia a relação homem - realidade. Segundo Mensch (1994), Stránský a critica por adotar uma visão excessivamente restrita ao museu. Para a pesquisadora:

Museologia é a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na coleção e conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza e da sociedade, e deles fazendo uso científico, cultural e educacional (GREGOROVÁ apud MENSCH, 1994, p.12)

Pioneira nos estudos sobre museus e a Museologia no Brasil, a advogada, professora e museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi uma das principais personalidades na construção das bases do pensamento museológico e na consolidação do campo na contemporaneidade. Contribuiu enormemente para a teoria museológica em âmbito nacional e internacional. Para ela, o objeto de estudo da Museologia é o fato museal, conceito cunhado pela autora, que consiste na “relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, 2010 *apud* GOUVEIA, 2020, p. 16). Ainda segundo a autora:

A Museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento. Ciência em construção, a Museologia vai se liberando da mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto, passando pela relação “Homem-Objeto” e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento “Museu-Homem-Sociedade” (GUARNIERI apud GOMES, 2015, p.29).

Segundo Gomes (2015), Rússio propõe quatro pontos de reflexão sobre sua definição de “fato museal” ou “fato museológico”, sendo:

(1) “relação em si mesma” sendo esta a relação humana e atribuição de significados do homem para com o objeto que corresponde à “percepção (emoção, razão), envolvimento (sensação, imagem, ideia), memória (sistematização das ideias e das imagens e suas relações)” (GUARNIERI, 2010 *apud* GOMES, 2015, p.25);

(2) “o homem que a conhece” [a realidade]. Para essa autora a realidade deve ser enfatizada em seus aspectos sociológicos sendo “necessário estudá-lo [o homem] igualmente em suas relações com os outros grupos humanos e sociais (em nível psicológico, sociológico, político, histórico, etc.) (GUARNIERI, 2010 *apud* GOMES, 2015, p.26);

(3) “o objeto a ser conhecido”, Rússio o compreende como testemunho humano que deve ser classificado e analisado sistematicamente dependendo “de diferentes disciplinas científicas para ser corretamente identificado, estudado e comunicado (GUARNIERI, 2010 *apud* GOMES, 2015, p.26);

(4) “o museu” identificado como local do fato museal. Entre homem e objeto, dentro do recinto do museu, a relação profunda depende não somente da comunicação das evidências do objeto, mas também do recinto museu como agente da troca museológica (GUARNIERI, 2010 *apud* GOMES, 2015, p.27).

Mensch (1994), profere que desde meados da década de 60 as visões em relação a museologia e seu objeto de estudo vem se ampliando, estando cada vez mais longe de “cristalizar-se em poucas e bem definidas escolas de pensamento”. Diante deste cenário de reflexões acerca do que vem a ser a Museologia e qual/quais seu/seus objeto/s de estudo, críticas sobre suas práticas, técnicas e teorias que vêm passando por transformações.

Ainda que haja dúvidas sobre a especificidade da Museologia em atuar neste campo amplo do patrimônio ou da memória, é indubitável que ela hoje não se presta mais a apenas elaborar atividades cotidianas e técnicas em museus. Sua ação se espalha pelo social e acaba por definir os parâmetros mesmos pelos quais a sociedade se identifica e transforma seu legado em herança. A delimitação dos conceitos e das categorias pelas quais atua, entra diretamente sob o interesse do pensamento museológico, não ficando restrito à sua utilização a partir de outras disciplinas correlatas – como a História, a Antropologia, as Artes Plásticas, a Comunicação, entre outras (VAZ, 2017, p. 35).

O termo musealidade, brevemente apresentado neste tópico do trabalho, foi, em determinado momento, considerado o objeto da Museologia por Stránský. Sua proposição influenciou o trabalho de Ivo Maroevic, que defendeu a tese da musealidade como objeto específico da disciplina. Neste ponto, exploraremos esse conceito, considerando seu potencial para compreender o fenômeno museológico de forma mais ampla, extrapolando os limites da institucionalidade museológica. Para compreendê-lo melhor, Cury (2020) propõe, a partir do pensamento do museólogo tcheco, a análise de outros dois conceitos de forma paralela: museália e musealização. Para a autora, a tríade, em sua unidade, concilia a disputa em torno do objeto de estudo da Museologia, por muito tempo dividido entre a teoria e a prática que se dá no museu (CURY, 2020, p. 133).

Apesar de pouco utilizado o termo museália<sup>7</sup> representa um “objeto de museu” que, de acordo com o livro *Conceitos Chaves de Museologia*<sup>8</sup> “seria uma coisa musealizada, sendo “coisa” definida como qualquer tipo de realidade em geral” (DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F, 2014, p. 68). Portanto, a museália são os objetos que vivem dentro do contexto museológico. Schreiner e Schwerin a define como:

[...] part of our cultural and natural heritage (...) musealia are such movable authentic objects which, as irrefutable evidences, exemplify the development of nature resp. (sic) society for a long time, are set to a fixed state, and were chosen and acquired (sic) for the collection stock in order to preserve, to decode, to exhibit them resp. for further use in research, teaching, education and recreation (apud CURY, 2020, p.133).

O conceito de musealidade, chave no desenvolvimento do presente trabalho, foi cunhado pelo museólogo Stránský, sendo um termo próprio do pensamento museológico. Para que um objeto se torne passível de viver dentro da lógica museológica, ele precisa adquirir valores de natureza cultural e simbólica. Esse valor não material, que possibilita a um artefato tornar-se uma museália, é compreendido como musealidade. Para Stránský, resumidamente, a musealidade seria “a qualidade das coisas musealizadas” (STRÁNSKÝ apud VAZ, 2017, p. 35), seguindo a lógica da tríade proposta por ele. Em outras palavras, a musealidade é, assim, o valor imaterial ou a significação do objeto, que nos oferece a causa ou razão de sua musealização (MAROEVIC, 2006, p. 111).

Segundo Desvallées e Mairesse (2011), “a razão pela qual este objeto foi selecionado é seu valor de testemunho da realidade que documenta. [...] Esse valor é chamado ‘musealidade’, porque não é mais a realidade” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 625). A musealidade faz-se entender como detentora de uma ‘qualidade’ que imprime e configura, efetivando a mudança da realidade dita de origem por outra situação: a construção da ‘realidade’ musealizada (LIMA, 2013, p. 52).

Nesse sentido, ao tornar-se museália, o objeto é transportado de sua realidade original, adquirindo uma nova dimensão no meio museal. Pode-se dizer, no

<sup>7</sup> Do latim *objectum*: jogar em – Equivalente em francês: *objet*; inglês: *object*; espanhol: *objeto*; alemão: *Objekt, Gegenstand*; italiano: *oggetto* (Desvallées, A., & Mairesse, F, 2014, p. 68).

<sup>8</sup> Desvallées, A., & Mairesse, F. (2014). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comité Nacional Português do ICOM. Disponível em: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-Chavede.Museologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-Chavede.Museologia_pt.pdf). Acesso em: 3 de dez. 2022.



entanto, que a Museologia é um campo que, dentre todas as suas funções, tem a finalidade de mediar a relação entre o homem e a realidade por meio dos objetos museais, transformando tal realidade ao utilizar a musealidade como uma de suas ferramentas. MAROEVIC afirma também que:

A musealidade é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais. (MAROEVIC, 2006, p. 111)

Ivan Vaz (2017) ao trabalhar este conceito em sua dissertação de mestrado em Museologia com título *Sobre Musealidade* apresenta um jogo de perguntas elaborados por Laszlo Zeljko associadas à musealidade:

Pergunta: O que é um objeto de museu (museália)?

Resposta: É algo que foi transformado em objeto de museu pela musealização.

Pergunta: Nós revelamos propriedades de musealidade nos objetos?

Resposta: Não, nós produzimos musealidade e a consignamos aos objetos.

Pergunta: O que pode e poderia ser musealizado?

Resposta: Tudo, tudo o que sejamos capazes de mediar pela matéria.

(...)

Pergunta: Aquilo que musealizamos precisa ser um objeto material?

Resposta: Não, não precisa. Toda uma exposição pode ser museália, todo um museu ou toda uma região, e, até mesmo todo o planeta. Pragas ou o amor, guerra, raiva, terremoto, tudo isso pode ser musealizado. Mas na condição de que aquilo que é musealizado tenha que ser mediado pela matéria, isto é, disponível aos nossos sentidos (ZELJKO, 1999, p. 231 apud VAZ, 2017, p. 36)

A musealidade só acontece a partir do desejo, ela não é uma característica específica e restrita a alguns objetos. Para que o fenômeno da musealidade aconteça, se faz necessária a interferência humana sobre a realidade. Falando sobre a tese de Laszlo Zeljko em defender a musealidade como uma atividade humana, Vaz (2017) fala sobre o princípio utilizado pelo autor para comprovação é de que é necessário dois agentes para sua efetivação: a) um musealizador (sic), quer dizer, alguém que produza musealidade; b) alguém que consuma, use, se aproprie deste 'produto' (VAZ, 2017, p.43).

Maroevic (1997) assevera o poder da musealidade como fonte de conhecimentos, comunicação e preservação de uma memória coletiva<sup>9</sup>. A Museologia, ao estudar e ao mesmo tempo criar a musealidade, insere-se em uma

<sup>9</sup> A compreensão de memória que queremos apresentar neste trabalho corrobora com as interpretações de Halbwachs (1990). Para mais informações consultar: Halbwachs, M. (1990). A Memória coletiva. São Paulo: Vértice.

dinâmica sociocultural de definição dos recursos de mundo possíveis à sua própria salvaguarda e comunicação (VAZ, 2017, p.38). Entendendo-a enquanto um instrumento de preservação e valorização de heranças coletivas podemos firmar sua relevância para comunicação e, quase que, consequentemente para preservação da memória, no entanto:

A musealidade dirige a memória para a comunicação de seu conteúdo na sociedade humana, em cada tempo concreto, e não terá influência sobre a sua diminuição. Pelo contrário, a musealidade aumentará a influência sobre o papel da memória na identificação do significado do objeto. A musealidade do mundo material incitará o homem no processo de associações e de conotações e aumentará então a sabedoria humana. Ajudará na percepção integral dos valores do patrimônio, que poderá ser comunicado a todas as gerações. (MAROEVIC, 2000, p.114)

Em paralelo a musealidade temos o conceito de musealização<sup>10</sup> uma série de ações que possibilitam a transferência de um objeto para o contexto museológico. É a musealização quem atribui valores e qualidade, ou seja, musealidade aos objetos que tornam-se museália. O processo de musealização consiste em seleção, aquisição, pesquisa, conservação, documentação, comunicação, gestão e administração dentro da cadeia museológica. Além disso, para Zbyněk Stránský, quem cunhou também este conceito:

O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, como explica Zbyněk Stránský (...). Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica (DESVALLEÉS; MAIRESSE, 2013, p. 57 apud VAZ, 2017, p. 37).

Para o pesquisador Carlos Oliveira, a musealização aproxima os seres humanos de seus objetos, estabelecendo uma relação entre eles, por meio da qual a sociedade atribui significados e valores a determinados bens, tornando-os aquilo que chamamos de patrimônio (OLIVEIRA, 2015, p. 44). Reafirma-se, portanto, o que já foi pontuado anteriormente: a musealidade — motivo pelo qual ocorre a musealização — é resultado da atividade humana, de seu interesse em destacar e salvaguardar determinados objetos.

---

<sup>10</sup> Assim como o termo musealidade, o conceito de musealização também foi cunhado por Zbyněk Stránský.

A musealização, então, consiste na passagem dos objetos de seu contexto original de uso e/ou funcionalidade para um contexto institucionalizado, repleto de cargas simbólicas que requerem medidas específicas para sua preservação. Em outras palavras, a musealização “é um processo de seleção, suspensão, retirada de objetos de certo circuito (...) o reposicionamento dele numa instituição, o museu, mantida por uma gestão, cuja administração permite que os musealia recebam cuidados” (CURY, 2020, p. 135).

Em suas obras, Maroevic enfatiza o compromisso da Museologia com a sistematização da emissão das informações contidas nos objetos musealizados — a museália. Em seu artigo *O papel da musealidade na preservação da memória* — apresentado no Congresso Anual do ICOFOM, em Paris, 1997, e traduzido por Tereza Scheiner — aparecem dois tipos de informação: científica e cultural. Nas palavras de MENSCH:

[...] A informação científica define principalmente os fenômenos científicos; a informação cultural lida com o(s) valor(es) atribuído(s) ao objeto no contexto social. Conforme Maroevic, as disciplinas específicas fazem uso da informação científica, enquanto a museologia se interessa pela informação cultural (2006, p. 11)

Para concluir podemos dizer que:

[...] no centro da intenção cognitiva<sup>11</sup> da Museologia [o seu objeto] encontra-se o processo de musealização da realidade. Este processo é motivado pelo valor de musealidade, de caráter cultural e memorial. Este valor tem importância de criador da cultura e importância de continuidade para a cultura em geral. Importa, ainda, para a consciência cultural e o conhecimento dos indivíduos e também para toda a sociedade e seus representantes participarem na formação da cultura material (BLACKMORE / OVÁ e NOSEK apud BARAÇAL, 2008, p. 79, grifo nosso).

No entanto, o objeto em si não é o prisma, mas sim a representação de seu valor que é notada a partir do fenômeno musealidade, ou seja, a representação do valor museológico agregado à então, museália por meio do elo estabelecido entre *Homem e Realidade*. A musealidade, como visto, estabelece valores da cultura e memória e é a partir dela que selecionam os representantes. Neste trabalho, mais adiante, buscamos identificar os valores que fogem da normativa dada, eurocêntrica que restringe a musealidade a um determinado espaço social e econômico, entendendo-o como um fenômeno político que deve ser democratizado e descolonizado em seu campo cognitivo teórica, metodologicamente e na prática

---

<sup>11</sup>Para mais informações sobre a intenção cognitiva da Museologia consultar *O Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyšlav Stránský* / Anaildo Bernardo Baraçal. – 2008.

museológica.

## 2.2 PENSANDO O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA CULTURAL

Na Geografia, durante as duas últimas décadas do século passado, ocorreu um movimento de geógrafos que passaram a discutir os significados atribuídos à natureza e às construções humanas: a chamada Nova Geografia, que incorporou ao campo a dimensão não material das pesquisas. Diferentemente da Geografia Clássica, esse movimento busca analisar os fenômenos geográficos de forma interligada, ou seja, considerando também as ações humanas. Essa nova forma de pensar a geograficidade buscou compreender o território de maneira crítica, evidenciando a relação entre os indivíduos e o espaço territorial.

Neste trabalho, objetivamos analisar uma das categorias conceituais da Geografia: o território. Do latim *territorium*, a palavra inicialmente representava uma extensão de terra delimitada e/ou sob jurisdição. Ao longo do tempo, o conceito de território passou por diversas transformações. No que tange às relações de poder e à formação das identidades culturais coletivas, é possível identificar análises oriundas de diferentes disciplinas do conhecimento, sobretudo das Ciências Sociais, com o objetivo de explorar o conceito em sua complexidade. Diretamente associado às noções de fronteiras, limites e pertencimento, o território desempenha um papel fundamental na estruturação e na análise da sociedade.

Claude Raffestin (1993), um dos pioneiros na discussão conceitual sobre território, trabalha essa categoria de pensamento enfatizando seu caráter político-administrativo, ou seja, enquanto um espaço delimitado e marcado por uma ordem jurídica e política. Para o autor, o poder exercido, tanto individualmente quanto em grupo, é essencial para a compreensão do território, uma vez que este está intrinsecamente relacionado às dinâmicas sociais em todas as escalas. Em outras palavras:

O território (...) não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto "consumido", ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Em sua obra *Por uma Geografia do Poder* (1993) Raffestin busca aprofundar sua abordagem sobre o conceito de território como uma relação de poder e dominação distinguindo-o da categoria espaço. Para ele, o espaço antecede o território e é somente ao ser apropriado por um indivíduo ou grupo social que torna-se território. No entanto, em sua concepção, o território é uma construção que só é possível a partir da vida social.

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Seguindo esta linha Raffestin compreende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (ibid, p. 144).

Para Haesbaert (2004), o conceito nasce com uma dupla conotação: material (funcional) e simbólica. A primeira refere-se à manifestação tangível, ou seja, à dimensão física e pragmática do espaço. A perspectiva da materialidade e da funcionalidade está relacionada à ideia de controle e poder político, abrangendo nuances típicas da sociedade capitalista, como questões de posse, exploração de recursos naturais e atividades econômicas. Já a conotação simbólica do território refere-se à dimensão imaterial e cultural, indo além das delimitações geográficas e políticas, ao atribuir representações e simbolismos por diferentes grupos, conferindo identidades diversas e plurais.

Para o autor, ainda que aparentemente dicotômicas, as conotações do território dialogam entre si, estabelecendo uma troca dialética e dialógica, estando interconectadas. Nas palavras do geógrafo: "todo território 'funcional' tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território 'simbólico' tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja" (HAESBAERT, 2004, p. 4). Ainda:

(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ("lar" para o nosso repouso), seja como fonte de "recursos naturais" – "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do

petróleo no atual modelo energético capitalista) (ibid, p. 3).

A partir deste ponto do trabalho, buscaremos evidenciar a perspectiva cultural do conceito de território, compreendendo-o como centro de significações, representações e simbolismos, bem como enquanto elemento fundamental para a construção e o reconhecimento das identidades coletivas. Levaremos em consideração que as dimensões materiais e simbólicas do território estão interligadas e coexistem. No entanto, a perspectiva funcional continuará presente, embora o enfoque esteja voltado às questões simbólico-culturais.

Milton Santos, um dos maiores intelectuais do país, debruçou-se sobre o conceito de território por décadas. Suas reflexões resultaram em uma vasta produção intelectual que contribuiu enormemente para a consolidação da Geografia Crítica no Brasil e no mundo. Santos aborda o território enquanto construção social, ou seja, como resultado da ação humana e das interações sociais, políticas, econômicas e afetivas. Para o autor, o território é marcado por relações de poder, disputas, conflitos e pelas perversidades da globalização, o que desencadeia dinâmicas de inclusão e exclusão, identidade e alteridade, topofilia (afeição ao lugar) e topofobia (aversão ao lugar).

Na obra *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, Santos (2002) analisa o objeto geográfico, enfatizando que este não se restringe apenas aos objetos móveis. Milton afirma que, para os geógrafos, tudo o que existe na superfície da Terra se enquadra como objeto geográfico, exemplificando com a cidade, a barragem, a floresta, o lago, a montanha. Para ele, esses objetos pertencem tanto ao domínio da Geografia Física quanto ao da Geografia Humana, sendo, portanto, os elementos que possibilitam o encontro e a mediação entre os aspectos naturais e físicos e as relações humanas com o ambiente — ou seja, a conexão intrínseca entre os processos naturais e as atividades humanas na construção do espaço geográfico. No que se refere ao território enquanto objeto investigativo, Santos (2005) sublinha que:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005. p. 255).

A ideia de território usado, desenvolvida por Milton Santos, diz respeito às ações e práticas dos indivíduos e grupos dentro do espaço geográfico. É no território usado que ocorrem as interações entre as pessoas e o meio em que vivem, onde se criam vínculos sociais e culturais que possibilitam atividades de apropriação e transformação desse espaço, conferindo-lhe significado e utilidade na vida cotidiana. O território, em si, são formas; já o território usado corresponde a objetos e ações — sinônimo de espaço humano, espaço habitado (IBID., p. 255). Seguindo essa linha, Borges e Cavalcante Junior (2010) compreendem que o território é o resultado das várias territorializações que operam sobre ele.

Para Santos (2021), o espaço é formado por objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, bem como pela sociedade em movimento — a qual dá vida a esse conjunto de objetos. Esses elementos, indissociáveis entre si, compõem o espaço e desempenham dinâmicas sociais por meio de relações. O espaço habitado, por sua vez, refere-se ao espaço geográfico construído socialmente, efetivamente vivido, experimentado e influenciado por interferências humanas, moldando a paisagem e o ambiente.

A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado (SANTOS, 2021, p. 41-42).

Pode-se dizer que o espaço habitado é a base onde as ações humanas ocorrem, e tais ações impactam o território, sendo este um resultado concreto da ocupação e do controle do espaço, influenciando a identidade, as dinâmicas sociais e as relações de poder. Esse território, enquanto espaço simbólico e dotado de significados, pode ser relacionado ao conceito de lugar — sobretudo sob a ótica do geógrafo Yi-Fu Tuan —, que faz referência ao espaço geográfico para além de sua localização física, abarcando significações históricas, culturais e afetivas. Sendo um espaço de construção de memórias, o lugar pode ser desde um local específico, como uma cidade, uma praça, até mesmo uma região ou uma paisagem.

Para Tuan (1983, p. 179), o lugar possui várias formas de definição; “dentre elas, está: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção”. Essa definição

nos convida a refletir sobre a influência que os espaços exercem sobre nossa percepção do mundo ao nosso redor. Não se trata apenas de pontos no mapa: os lugares aguçam nossos sentidos e emoções. A ideia de que um lugar “capta” nossa atenção ressalta a natureza subjetiva da nossa percepção do território e, sendo assim, para cada indivíduo, há uma influência e uma proporção distintas, de acordo com suas subjetividades. Nas palavras do autor:

Objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta nossa percepção. No entanto, certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares através da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas.” (ibid, p. 181).

Portanto, entendendo o território como resultado da ação humana sobre o espaço habitado, os lugares carregam marcas culturais que podem atravessar gerações e acompanhar transformações sociais. A noção de território reflete a apropriação e a delimitação de um espaço por grupos sociais que criam identidade e significações com o seu meio. Sob a perspectiva cultural, “o território é uma expressão simbólica, manifestação da identidade de um povo e local de construção dessa própria identidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

Outro importante nome que pensa o território evidenciando o campo cultural é o geógrafo francês Joël Bonnemaïson. O autor analisa o território como valor cultural, compreendendo-o como um modo específico de apropriação do espaço. Na obra *Viagem em torno do território*, o geógrafo associa o território à territorialização e afirma que nenhum indivíduo ou grupo consegue escapar desse processo. Além disso, entende a territorialidade como “a própria consciência territorial do grupo, da qual dependem tanto as suas identidades individuais quanto aquelas de natureza mais coletiva” (TEIXEIRA, 2008, p. 5). As identidades individuais e coletivas, portanto, estão diretamente ligadas à percepção, à compreensão e ao reconhecimento do espaço geográfico — ou seja, à territorialidade. Assim sendo, para Bonnemaïson (2002):

[...] o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural [...] (p.126).

Diante deste contexto onde o pertencimento territorial suscita na construção e fortalecimento das identidades culturais Bonnemaïson e Cambrèzy discorrem:



O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (apud HAESBAERT, 2004, p.72)

Ainda:

Pertencemos a um território, não possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (ibid, p. 73)

Conforme analisado, o território a partir da perspectiva cultural extrapola a concepção de delimitações físicas e políticas abrindo espaço para entendê-lo como organismo vivo, dinâmico e em constante transformação. A dimensão cultural do território nos convida a mergulhar nas narrativas culturais que tecem as relações humanas. No entanto, pode-se dizer que o território é um conjunto de possibilidades e, partindo desta premissa buscaremos evidenciar no próximo capítulo o território enquanto espaço onde a musealidade acontece, tendo como campo investigativo o bairro Nossa Senhora da Piedade, no Município de Ouro Preto - Minas Gerais.

### 3. ENTRELAÇAMENTOS POSSÍVEIS ENTRE MUSEALIDADE E A EXPRESSÃO SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA PIEDADE NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO, MINAS GERAIS

*As experiências museológicas afetivas e não normativas são a efetivação de propostas que outras áreas discutiram, mas nunca conseguiram colocar em prática. Nesse sentido, essas vivências autóctones dessa museologia, com todos os elementos sensíveis, afetivos, comunitários, locais, simbólicos, provisórios, interpretativos, são concretizações de anseios que estão para além da museologia e que antecipam o lócus de onde serão sistematizadas as sabedorias desse milênio (Dell, 2013).*

#### 3.1 PATRIMÔNIOS, SUJEITOS E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Originalmente, a palavra *patrimônio* estava ligada à família, à economia e a questões jurídicas de uma sociedade estratificada. Etimologicamente, *patrimônio*, cujo elemento “patri” significa pai e “monio” remete à ideia de fazer lembrar, recordação, representa a lembrança do passado, a hereditariedade. Choay, em *A Alegoria do Patrimônio*, descreve que, ao longo do tempo, o conceito de patrimônio experimentou diversas transformações, sendo uma alegoria própria da modernidade, atribuída a um dinamismo metafórico por meio de algumas peripécias. Ao serem ressignificados — a palavra e o conceito — abriu-se caminho para a associação do termo à hereditariedade, ao patrimônio histórico e ao patrimônio natural, tornando-o um conceito nômade.

Choay (2017), chama a atenção para a dicotomia presente em alguns significados e condutas associadas ao patrimônio histórico, como o processo de monumentalização, que implicou, para o patrimônio edificado ocidental, práticas de seleção, destruição, silenciamento e apagamento, com o objetivo de construir novos monumentos alinhados aos ideais nacionais. No entanto, patrimônio e nação se configuram como instituições inter-relacionadas, que podem se confundir em virtude dos processos de institucionalização.

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela

mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2017, p. 11).

Ao decorrer do processo de expansão do conceito, o patrimônio passou a ser entendido como um importante elemento para edificação e afirmação de identidades coletivas e nacionais. Passando a ter um sentido mais amplo, nomeado patrimônio cultural, que engloba não apenas elementos físicos, mas também elementos imateriais que são transmitidos de geração em geração e desempenham um papel fundamental na identidade de uma comunidade ou grupo. Isso inclui tradições orais, rituais, danças, músicas, festivais, práticas culinárias, artesanato e outros aspectos da cultura de um povo. Para Baltazar (2011):

O patrimônio histórico e cultural manifesta-se na forma física e também nas expressões imateriais, como o carnaval, a festa junina, bem como nas demais celebrações, acontecimentos e tradições da cultura popular, podendo ser classificado de acordo com a sua categoria e o valor que lhe é atribuído. Em suma, **o patrimônio é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo** (apud SPINA e SERRATO, 2015, p. 101) (grifo da autora).

A Constituição Federal (CF) define como patrimônio cultural os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Sobre tal definição constitucional, Medeiros (2006, p. 51) pontua que “é óbvio que tal definição, apesar de aparentemente neutra e inclusiva, está longe de dispensar critérios políticos que irão determinar o que deve e pode ser preservado”.

Embora a CF de 1988 reconheça e estabeleça diretrizes para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, persistem desafios concretos para sustentar, na prática, sua preservação e promoção. Na realidade, o processo de patrimonialização envolve seleções — e, na mesma medida, exclusões e apagamentos. São decisões políticas que definem quem tem direito à memória, quem pode realizar o inventário dos bens que poderão gozar do status de patrimônio, e por quais caminhos determinado bem cultural será preservado (STAM, 1993; PRENTICE, 2001, apud MEDEIROS, 2006, p. 51).

Ceravolo (2009), ao abordar uma visão mais ampla do patrimônio, resgata Peter Van Mensch e seus contemporâneos, os quais partilham do entendimento de que a Museologia e o patrimônio transcendem as fronteiras físicas dos museus tradicionais, envolvendo a sociedade de forma mais abrangente na interpretação e preservação do patrimônio cultural. Nas palavras da autora:

A noção de Patrimônio expandido, apresentada por Peter van Mensch e seus colegas, abria a possibilidade de deslocar o escopo da Museologia para outro lugar que não o museu e, com isso, uma brecha para ser compreendida como disciplina de interpretação na dependência de outras disciplinas (...) O lugar-museu se ampliava para Território; estava “derrubada” a idéia de museu prensado nas “quatro paredes”. O agente do processo deixa de ser o museu, ou as ‘coisas’ dos museus e transfere-se para a sociedade (naquela época usava-se comunidade) compartilhando a construção de sua relação com o Patrimônio. Nesse ponto a noção de Patrimônio (grosso modo) deixa de ser um tema da Museologia para se tornar um traço constitutivo, traço esse menos visível quando se trata dos museus “tradicionais” com alta valorização nas coleções/acervos (CERAVOLO, 2009, p. 18).

A Segunda Guerra Mundial foi um marco para o fomento de diversos debates que atravessam os interesses do direito internacional em múltiplas temáticas. No âmbito da cultura, tratados e recomendações foram discutidos com o intuito de refletir sobre o que são os bens patrimoniais e formular mecanismos eficazes para sua proteção. Em Paris, no ano de 1972, foi criada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, durante a décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na ocasião, foram estabelecidos parâmetros e recomendações em escala mundial, voltados à proteção e salvaguarda do patrimônio.

Os debates acerca da relação entre patrimônio, sujeitos e cidades não tardaram a emergir. Nesse sentido, Trombeta afirma que:

Com a mundialização das questões patrimoniais, começaram a surgir questionamentos sobre a relação entre proteção do patrimônio cultural e o direito à cidade, evidenciando se a proteção do patrimônio cultural contribui efetivamente para o desenvolvimento das funções sociais da cidade (TROMBETA, 2000, p.12)

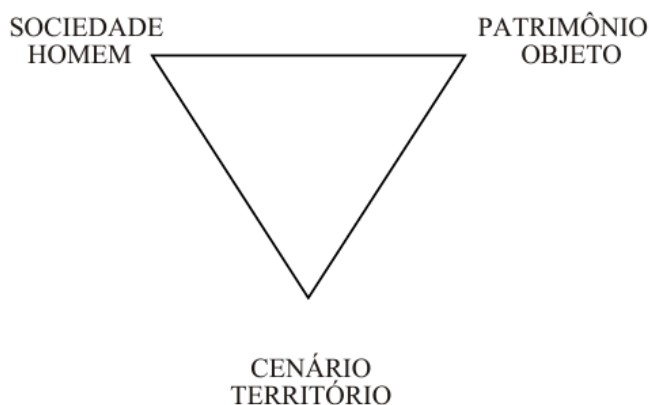
Meneses (2003) propõe um diálogo entre museus e cidades — ou, mais precisamente, museus de cidade — a partir de três dimensões. A primeira é a cidade como artefato: a maior construção humana, marcada por complexidades, o que a

tornou objeto de interesse de estudiosos de diversas áreas. A segunda é a cidade como campo de forças, ou seja, um artefato condutor de relações sociais, espaço de tensões, conflitos e disputas nos âmbitos territorial, econômico, político, social, cultural e ideológico. Por fim, a terceira dimensão é a cidade como representação social, abrangendo os signos e significações que a constituem.

Para o autor, pensar a cidade enquanto espaço museológico “é proporcionar aos habitantes a tomada de consciência da cidade e o aprofundamento permanente dessa consciência” (MENESES, 2003, p. 279).

Cury (2014) em seu artigo *Museologia e conhecimento museológico - uma perspectiva dentre muitas* acresce o ternário Homem, Objeto e Museu que representa o fato museológico fazendo conexão e ampliando-o - de acordo com os pensamentos e ações da Nova Museologia<sup>12</sup> - para Sociedade, Patrimônio e Território (Figura 2). Nesta nova configuração do ternário potencializa-se a teia complexa de relações que moldam a identidade cultural e histórica de uma sociedade.

**Figura 2: Ternário**



Fonte: Ceravolo (2009, p. 29).

Ainda sobre os dois primas presentes no ternário apresentado:

Nessa representação há duas abordagens não excludentes. A primeira refere-se ao museu tradicional. Então, a relação é entre o homem (o público) e o objeto (musealizado ou museológico) em um cenário institucional, o museu tradicional. A segunda refere-se ao ecomuseu, museu comunitário, de território e outras formas e abrange a sociedade ou um

<sup>12</sup> O termo “Nova Museologia” foi criado pelo próprio Desvallées, que reclama a sua paternidade. Ele o teria escrito pela primeira vez na Encyclopédie Universalis, em 1981, quando foi convidado para atualizar o artigo “Muséologie”, de Germain Bazin, de 1968. Segundo ele, “como era a moda este gênero de título (as novas matemáticas, a nova história, a nova filosofia etc.), eu pensei que seria pertinente denominar assim todas as iniciativas que tinham o sentido de uma renovação dos museus e da museologia” (BRULON, 2015, p. 291).

grupo social em relação com seu patrimônio, relação mediada ou definida pelo território onde a cultura se constrói. O museu integral, um conceito que trata do patrimônio na dimensão integral onde se adquire esse status e se encontra, se aproxima da segunda abordagem (CURY, 2014, p. 58).

A intensa transformação urbana experimentada pela sociedade brasileira foi uma das questões sociais centrais ao longo do século XX. Uma das complexas consequências dessas transformações foi a formação das periferias, resultado de um conjunto de fatores históricos, econômicos e sociais. No caso do Brasil, tal formação também está relacionada à colonização, à segregação (racial e/ou étnica) e à exploração de recursos naturais.

Entretanto, a falta de condições adequadas de moradia tem se agravado progressivamente. Assim como o patrimônio, pode-se afirmar que o conceito de periferia também se enquadra como uma alegoria tipicamente moderna. Segundo D'Andrea (2020, p. 20), o termo surgiu nos debates econômicos ocorridos entre as décadas de 1950 e 1960, acerca da “relação dos países da periferia do capitalismo — latino-americanos — com as economias centrais”. Ainda segundo a autora, ao ser incorporado ao debate sobre as cidades, o conceito passou a referir-se a “um território geográfico cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro”, e foi se transformando até se ressignificar no início dos anos 1990, quando deixa de ser sinônimo de vergonha e pobreza e passa a assumir dimensões de pertencimento e potencialidade.

O momento da mudança na preponderância ocorreu nos primeiros anos da década de 1990, quando fundamentalmente o movimento hip-hop passou a publicizar o termo. Naquele momento, a periferia reivindicou a palavra periferia, começando um processo histórico de modificação de seus significados. Os principais artífices desse processo foram expressões culturais (D'ANDREA, 2000, p. 23).

Entre os becos e vielas das diversas periferias distribuídas por todo Brasil, encontram-se narrativas que contribuem enormemente para a diversidade das expressões identitárias de nosso país, ressaltando a multiplicidade dos nossos brasis<sup>13</sup>. Ao enfatizarmos as riquezas presentes nas periferias e suas contribuições históricas para construção das identidades nacionais, ousa dizer que a memória da favela interessa não apenas aos seus moradores que merecem ter suas histórias reconhecidas e compartilhadas, mas a toda sociedade que deve compreender que a favela é a cidade e que seus moradores desempenham um papel fundamental na

<sup>13</sup> Aqui, ressalto a pluralidade do Brasil como na canção *Brasis* (2005) composta por Gabriel Moura, Seu Jorge e Jovi Joviniiano. Disponível em: [Seu Jorge - Brasis \(Ao Vivo\)](#)

construção e na vida cotidiana urbana. Ao enfatizar a memória enquanto um direito, vontade política e pautado em relações de poder e hegemonia, Silva aponta:

Abordo a memória também como ação prática e da política social no processo de construção histórica da narrativa de moradores de comunidades periféricas. Uma vez que esses moradores passam a perceber a memória como direito e vontade política no processo de lutas hegemônicas (...) O social se organiza em campos sociais diferentes, abordar a memória é falar do território, de identidades e poder. Conforme esses campos se organizam, a linguagem também irá se organizar. Só existe a memória como vontade política pela mesma ser utilizada em diferentes campos sociais. Assim, para abordar os territórios como espaços de memórias é preciso compreender os processos pelos quais as identidades são ressignificadas, inventadas e reinventadas, ativadas e reivindicadas para dar sentido a um território. Dessa forma, é preciso um percurso explanatório sobre os conceitos de identidades e de que forma estão ligados ao território e aos atores sociais e suas mudanças na percepção desses territórios como sendo espaços de memória em uma perspectiva da globalização... (SILVA, 2022, p. 99-100)

O ICOFOM organizou, em Londres, no ano de 1983, dois encontros. O primeiro, *Metodologia da Museologia e Formação Profissional*, teve como objetivo responder às seguintes questões: “Qual é o sistema museológico e como se dá a interdisciplinaridade na relação entre a Museologia e os diferentes campos do conhecimento? Qual a natureza do conhecimento museológico?” (CURY, 2005, p. 49). Em seguida, ocorreu o segundo encontro, com a temática *Museu, Território, Sociedade – Novas Tendências/Novas Perspectivas*, com o intuito de propor debates relacionando os conceitos de ecologia, territorialidade e território, memória, desenvolvimento, cotidiano, comunidade e identidade (CURY, 2020, p. 130). O fruto desses debates foi fundamental para o desenvolvimento de um pensamento ampliado, interdisciplinar e mais próximo das comunidades, como se observa nas práticas museológicas contemporâneas.

Seguindo essa lógica de pensamento, Rússio (apud GOUVEIA, 2020, p. 20, grifo nosso) apresenta, no Seminário *Cultura, Patrimônio e Preservação*, organizado pelo CONDEPHAAT, o seguinte discurso:

[...] achamos que o museu resulta da comunidade, e **é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade** (...) Durante muito tempo se preservou com os conceitos de uma determinada classe, pretendendo que a maioria aceitasse esses conceitos, o que, realmente, não é possível; então, a preservação não tem autenticidade exatamente porque ela não é resultado técnico de um trabalho comunitário, ela não é o resultado político de uma ação social. Realmente aqui reside todo o erro que até hoje nós temos notado, ou pelo menos o erro principal, o mais grave, nas atitudes, nos mecanismos da política de preservação, nos mecanismos da política museológica. Aliás, política não existe ou, talvez,

existindo uma política, seja exatamente uma política para se preservar o status quo, e conduzir toda a sociedade com um leitura do passado, de um passado hermético de uma classe social. Acho que está no momento de recuperarmos essa dinâmica cultural, essa dinâmica do social, acreditar no processo de abertura que se anuncia e conquistá-la a cada dia. **Acho que a memória, preservação, musealização são atos políticos e temos de assumi-los como tal, e são atos espaços de conquista e não dádivas de ninguém. Só podem realmente fazer museus autênticos na medida em que eles se inspirem na comunidade.**

No entanto, a periferia, no contexto deste trabalho, é vista como um lugar carregado de simbologias, enquanto espaço de troca, saberes e patrimônios de natureza tangível e intangível, ainda que amplamente estigmatizado frente às escolhas institucionalizadas do que deve vir a ser patrimonializado e preservado. Neste sentido, o presente trabalho busca evidenciar os patrimônios “outros” presentes nas zonas periféricas e relacioná-lo com a musealidade. A paisagem cultural periférica aqui se torna palco de investigações a fim de entendê-la enquanto potencial para o desenvolvimento humano.

### 3.2 TERRITÓRIO E MUSEALIDADE NO BAIRRO PIEDADE

Como visto, a abrangência da Museologia transcende os limites físicos do museu, abarcando as interações dos indivíduos com seu meio. A junção entre musealidade, comunidades e territórios periféricos constitui uma oportunidade poderosa para redefinir e valorizar as narrativas culturais presentes em espaços historicamente estigmatizados. Oliveira (2015) salienta que, ao discutirmos sobre patrimônio, é essencial compreender que ele não está exclusivamente vinculado aos museus; diversas instituições e contextos desempenham papel crucial nesse processo. Parte-se, inclusive, do entendimento de que um elemento não precisa ser removido de seu ambiente original nem perder sua função prática para ser considerado patrimônio, como frequentemente ocorre nos moldes dos museus tradicionais.

Ainda segundo o autor, o legado do patrimônio para as futuras gerações é fundamental para assegurar a continuidade da essência de um povo e a preservação de sua história. Dessa forma, o patrimônio herdado é apropriado pela população, servindo como base para a identidade das comunidades e constituindo-se em um aspecto crucial para o seu desenvolvimento. Por fim, Oliveira (2015) afirma que a perda desse legado — que conecta as gerações — também representa a perda da identidade coletiva daquele grupo.



É justamente nessas circunstâncias, ao pensar patrimônio e musealidade em perspectivas que extrapolam os limites convencionais, que apresentamos o bairro Nossa Senhora da Piedade, em Ouro Preto (MG), como objeto de análise.

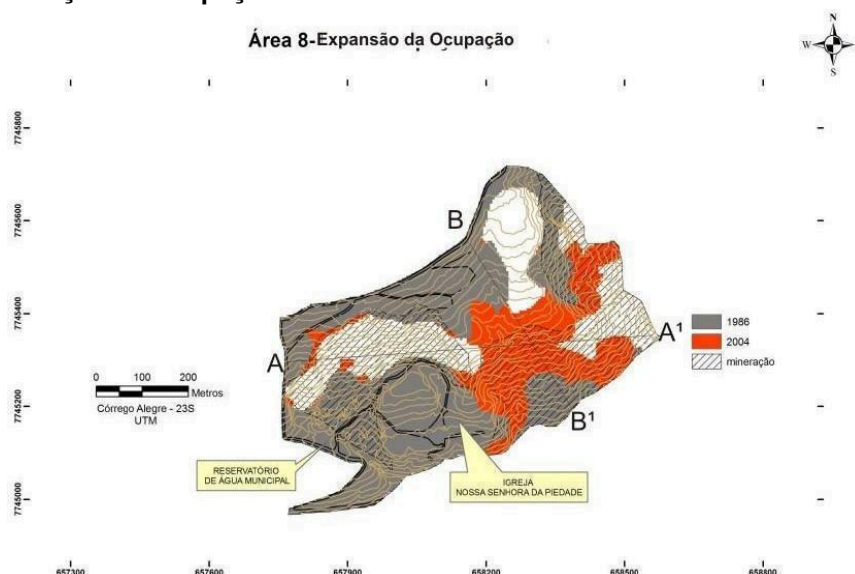
Nos anos 1950, em Ouro Preto, ocorreu a chegada da companhia multinacional Alcan, produtora de alumínio. O aumento nas oportunidades de emprego resultou em um expressivo crescimento populacional, que levou à ocupação de áreas montanhosas e, conseqüentemente, à formação de bairros periféricos. Segundo Simão (2016), o crescimento urbano denso — especialmente a ocupação das áreas circundantes ao núcleo histórico — deu-se de forma espontânea, sem a devida intervenção do poder público, em regiões com potenciais problemas geológicos e carência de infraestrutura e serviços públicos.

A autora aponta ainda que o tecido urbano da cidade se configura de maneira complexa, indo muito além das dinâmicas territoriais observadas no chamado e conhecido “centro histórico”. A expansão desse território patrimonializado é marcada pelas perversidades do turismo em massa. Tal processo, associado à ausência de políticas efetivas de ordenamento territorial e de ações voltadas à educação patrimonial, resultou na criação de fronteiras geográficas de acesso e de entendimento sobre o que é — e o que pode vir a ser — considerado patrimônio/patrimonializado ou museu/musealizado.

Um dos bairros mais antigos da cidade, Nossa Senhora da Piedade localiza-se ao pé da Serra de Ouro Preto, tendo suas origens vinculadas à atividade mineradora. De acordo com Oliveira (2010), desde a década de 1950 já havia indícios de povoamento na região onde atualmente se encontra o bairro, mas foi especialmente a partir dos anos 1970 que essa ocupação se intensificou. À medida que o bairro Alto da Cruz se expandia e se consolidava, os moradores passaram a buscar novas áreas adjacentes para fixar residência, e foi a partir desse processo que o bairro da Piedade começou a se formar.

Existem na região (do bairro Nossa Senhora da Piedade) dois registros de minerações antigas, uma mais isolada a oeste e a outra, uma continuação da mineração do Taquaral. Em 1986, o cenário era de ocupação na parte mais alta do bairro, na base da mineração central e no alto da área minerada a leste. Passados dezoito anos, o cenário é de um bairro praticamente ocupado, com exceção, das áreas de mineração e de topo de morro, na parte mais alta do local (OLIVEIRA, 2010, p. 116).

**Figura 3: Evolução da ocupação do bairro N. S. da Piedade entre os anos de 1986 e 2004**



Fonte: Oliveira (2010, p. 117)

Conforme observado, a atualidade revela que o bairro se encontra, agora, quase totalmente ocupado; no entanto, a maior parte desses espaços está propensa a deslizamentos e colapsos nas estruturas das residências e das vias. Trata-se de um bairro periférico, onde grande parte dos residentes encontra-se em condições de vulnerabilidade, e a comunidade enfrenta uma série de desafios. Apesar de todas as adversidades e da ausência de políticas públicas destinadas à área, os habitantes não se silenciam e expressam suas experiências por meio de diversas manifestações culturais.

Neste estudo, pretendemos realizar uma análise dos gráficos resultantes das entrevistas conduzidas no âmbito da Iniciação Científica (IC), intitulada *Musealidade e Território: uma investigação do bairro Nossa Senhora da Piedade em Ouro Preto, Minas Gerais*, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e relacioná-la com as atividades educativas desenvolvidas pela ação extensionista do projeto *Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania*, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFOP. Ambas as atividades foram conduzidas pela autora, também sob a orientação da professora Gabriela de Lima Gomes, durante o período compreendido entre os anos de 2021 e 2022.

Naquele momento, já se vislumbrava que a presente monografia serviria como espaço para aprofundar as investigações relacionadas aos tópicos que estavam emergindo. Para isso, foi aplicado um questionário meticulosamente

elaborado, com o propósito de identificar e mapear os elementos culturais — tanto tangíveis quanto intangíveis — que caracterizam o ambiente do bairro em questão, bem como de reconhecer os aspectos que contribuem para a identidade cultural do território.

Foram elaboradas 10 perguntas, sendo elas:

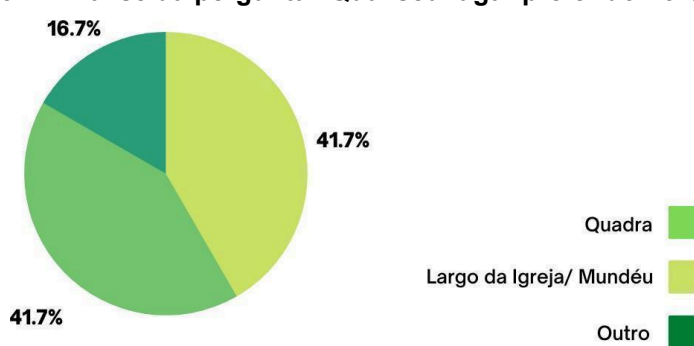
- 1) “Você nasceu no bairro? Se não, quanto tempo você reside aqui?” Essa pergunta tinha como finalidade identificar a quanto tempo os moradores entrevistados estabelecem vínculos com o território em questão e identificar se havia muitas pessoas novas transitando no espaço;
- 2) “Como você imagina o bairro daqui 10 anos?” Através desta indagação almejou-se identificar quais as perspectivas futuras da população para o território em que vivem;
- 3) “Qual lugar do bairro é o seu preferido?” A relevância desta questão se faz para mapear os pontos afetivos do bairro pelo olhar dos moradores;
- 4) “O que a Igreja N. Senhora da Piedade representa para você?”
- 5) “O que a quadra representa para você?” Em ambas a ideia é identificar a relação mantida pela população com os locais de maior atividade no bairro e, conseqüentemente, identificar os fundamentos que conferem status de espaços de convívio.
- 6) “Quais atividades culturais acontecem aqui no bairro?” O intuito dessa pergunta é identificar e mapear as atividades culturais que aconteciam no bairro e, sobretudo, compreender o que para eles pertencem à esfera do cultural;
- 7) “Você sente falta de mais atividades? Se sim, quais?” Nesta questão, o objetivo era investigar se a comunidade local sente falta de ações culturais para além das existentes no território;
- 8) “O que você mais gosta de fazer no Piedade?” e
- 9) “O que você acha do Mundéu?” Ambas as questões convergem para os tópicos delineados nas perguntas 3 e 4, visando o mapeamento das localidades de maior influência e interação, bem como identificar outras atividades que acontecem no território;
- 10) “Se você tivesse uma Lâmpada do Aladim, qual seria o seu desejo

para o bairro Piedade?” Nesse sentido, almejou-se estimular a imaginação da população, fomentando a projeção de um ambiente ideal de acordo com suas concepções. Concomitantemente, visava-se detectar lacunas na percepção coletiva, refletindo desejos e/ou necessidades insatisfeitas entre o próprio grupo ou uma insatisfação com o poder público.

A análise dos questionários resultou em três gráficos, concebidos com o objetivo de condensar e ilustrar visualmente as respostas coletadas. Cada gráfico foi minuciosamente elaborado para sintetizar os padrões emergentes e as nuances inerentes às respostas fornecidas pelos participantes, com o propósito de facilitar a compreensão das tendências e percepções captadas nas entrevistas.

O primeiro ponto que chamou a atenção foram os dados obtidos a partir da pergunta “Qual seu lugar preferido no bairro?” (Gráfico 1), cuja análise revela uma paridade entre a escolha da quadra esportiva e do largo da Igreja Nossa Senhora da Piedade/Mundéu. Essas preferências refletem a importância desses espaços no cotidiano da população, ambos sendo lugares coletivos onde se realizam diversas atividades, funcionando como pontos de encontro, interações e convergências sociais. Já a categoria “outro local”, embora represente uma parcela menor das respostas, sugere a existência de outras referências afetivas no território, revelando os múltiplos olhares e experiências que coexistem no bairro.

**Gráfico 1: Análise da pergunta “Qual seu lugar preferido no bairro?”**



Fonte: Jesus, P. C. N; Gomes, G. L. (2022, p. 13)

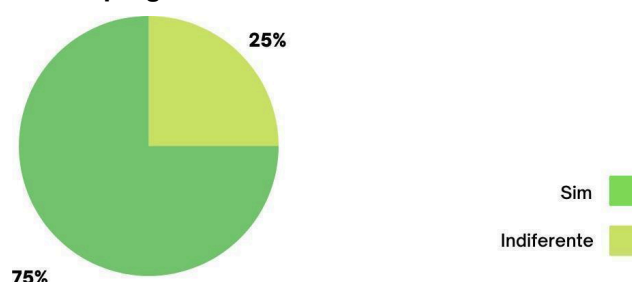
A análise do segundo gráfico (Gráfico 2) revela um aspecto relevante da percepção da população em relação às atividades culturais no bairro. A disparidade entre os dois grupos — representados por 75% dos participantes que afirmam sentir falta dessas atividades e 25% que se mostraram indiferentes — evidencia a diversidade de perspectivas e necessidades existentes na comunidade. Os

entrevistados que expressaram carência de atividades culturais demonstraram um desejo claro de enriquecimento do cenário cultural local, sobretudo com a justificativa de promover mais oportunidades para a juventude do bairro, compreendendo a cultura como um vetor de desenvolvimento comunitário.

Atividades como “pintura, escultura, música, cinema, teatro, área de lazer” foram mencionadas com frequência, o que pode indicar a ausência de espaços e iniciativas voltadas à expressão artística, ao entretenimento e às interações culturais. Essa carência reforça a importância da ampliação das políticas públicas e ações educativas voltadas para a valorização da cultura local e o fortalecimento dos vínculos sociais.

Em contrapartida, o grupo que manifestou indiferença em relação às atividades culturais pode indicar duas interpretações possíveis. A primeira é que esses indivíduos já têm acesso a experiências culturais que consideram satisfatórias, ainda que fora do bairro. A segunda possibilidade é que essa indiferença decorra da ausência de consciência crítica sobre as potencialidades culturais e os impactos positivos que tais ações podem gerar para a comunidade local — tanto no sentido da valorização da identidade quanto na promoção da cidadania e do bem-estar coletivo.

**Gráfico 2: Análise da pergunta “Sente falta de atividades culturais no bairro?”**

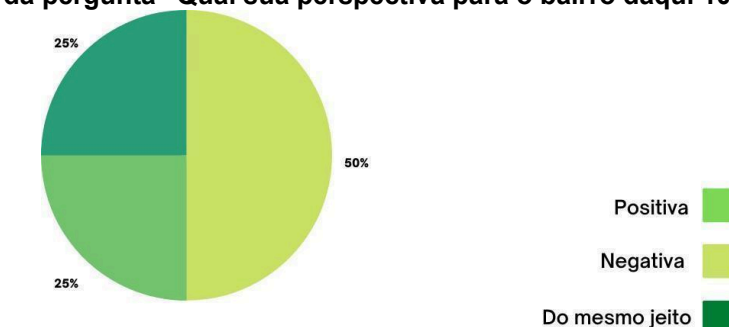


Fonte: Jesus, P. C. N; Gomes, G. L. (2022, p. 14)

O terceiro gráfico (Gráfico 3), revela uma diversidade significativa de perspectivas em relação ao futuro do território. O grupo de maior expressividade visualiza o bairro de forma negativa, tal julgamento pode ser o reflexo de preocupações e incertezas acerca do desenvolvimento territorial. O crescimento da criminalidade no bairro, associado à deterioração da infraestrutura do espaço, falta de investimentos e interesses públicos podem ser fatores que resultam nesta visão. Os 25% que vê o futuro do bairro estagnado apresenta um percentual que não

enxerga perspectivas de maiores desenvolvimentos. Por outro lado, os outros 25% que vislumbram um futuro positivo partem de uma certa “esperança” em mais políticas públicas para maiores investimentos em infraestrutura, revitalização de áreas degradadas, expansão de atividades culturais e comunitárias ou outras iniciativas que possam melhorar a qualidade de vida no bairro.

**Gráfico 3: Análise da pergunta “Qual sua perspectiva para o bairro daqui 10 anos?”**



Fonte: Jesus, P. C. N; Gomes, G. L. (2022, p. 14)

A análise individual desses gráficos revelam pontos valiosos sobre aspectos específicos acerca da vida no bairro. Os dados combinados ampliam os olhares para compreensão da conexão entre esses elementos e enfatizam a complexidade de visões existentes no território. Majoritariamente os gráficos apontam um resultado quase que dicotômico como se os entrevistados tivessem apenas duas opções tendo que escolher um lado. Em conjunto, esses resultados apontam a vitalidade e as aspirações da comunidade, além de enfatizar a necessidade de planejamento para promoção de atividades culturais e sociais que fortaleçam a identidade local.

A periferia não é igual dentro dela, não existe periferia homogênea, ela é marcada pela diversidade. As narrativas orais de vida de moradores dessas comunidades são o produto discursivo que une testemunho e memória, resultando um olhar diferenciado sobre lutas hegemônicas de comunidades periféricas (SILVA, 2022, p.103).

As ações educativas do projeto extensionista “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” (2022) objetivou promover a interação entre os sujeitos e a paisagem do bairro a partir da retomada da técnica Pinhole<sup>14</sup> onde propusemos uma aproximação

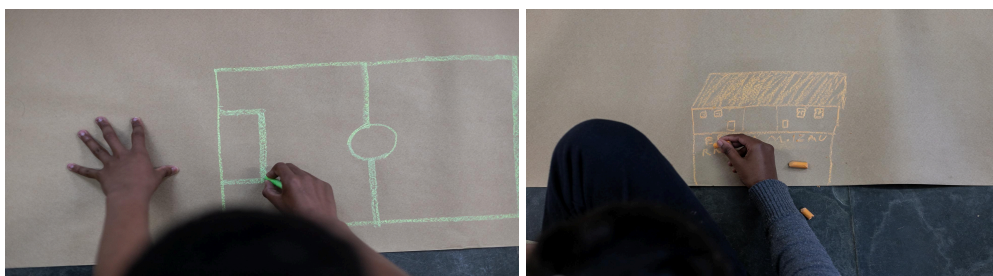
<sup>14</sup>A técnica fotográfica Estenopeica, mais conhecida como Pinhole, produz imagens por meio de equipamentos não convencionais, a fotografia é produzida através de câmeras artesanais feita em diferentes suportes. Com a ausência de lentes, a câmera não possui objetiva, tendo em seu lugar um minúsculo orifício por onde a luz é captada para dentro da câmera que é previamente “carregada” com um material sensível à luz, sendo o papel ou filme fotográfico. Além das lentes, a Pinhole também não possui obturador, para captura da imagem o orifício da câmera é destampado no momento da fotografia e o tempo de exposição é contato pelo fotógrafo de acordo com especificidade do local a ser registrado. Essa técnica fotográfica vem tomando espaço dentro do campo das artes e da educação, sobretudo por estimular a criatividade e auto expressão dentro de um campo que foge do cotidiano com um material sensível à luz, sendo o papel ou filme fotográfico. Além das lentes, a

temporal entre a técnica fotográfica e a paisagem cultural levando em consideração que a constituição da identidade do sujeito também é estabelecida pela sua relação com o espaço.

Divididas em quatro encontros (Figura 4), alguns eixos foram centrais para se pensar e executar as atividades. Primeiro ponto foi instigar a percepção e noção de representatividade, pertencimento e paisagem; identificar e reconhecer as potencialidades culturais do bairro objetivando valorizar as identidades locais; colocar em destaque as experiências vivenciadas no bairro ressaltando a relação do indivíduo com o patrimônio e, por fim, alargar as perspectivas sobre Patrimônio, com o intuito de reconhecer a memória e as referências culturais periféricas presentes no território em questão. Para as proponentes do projeto:

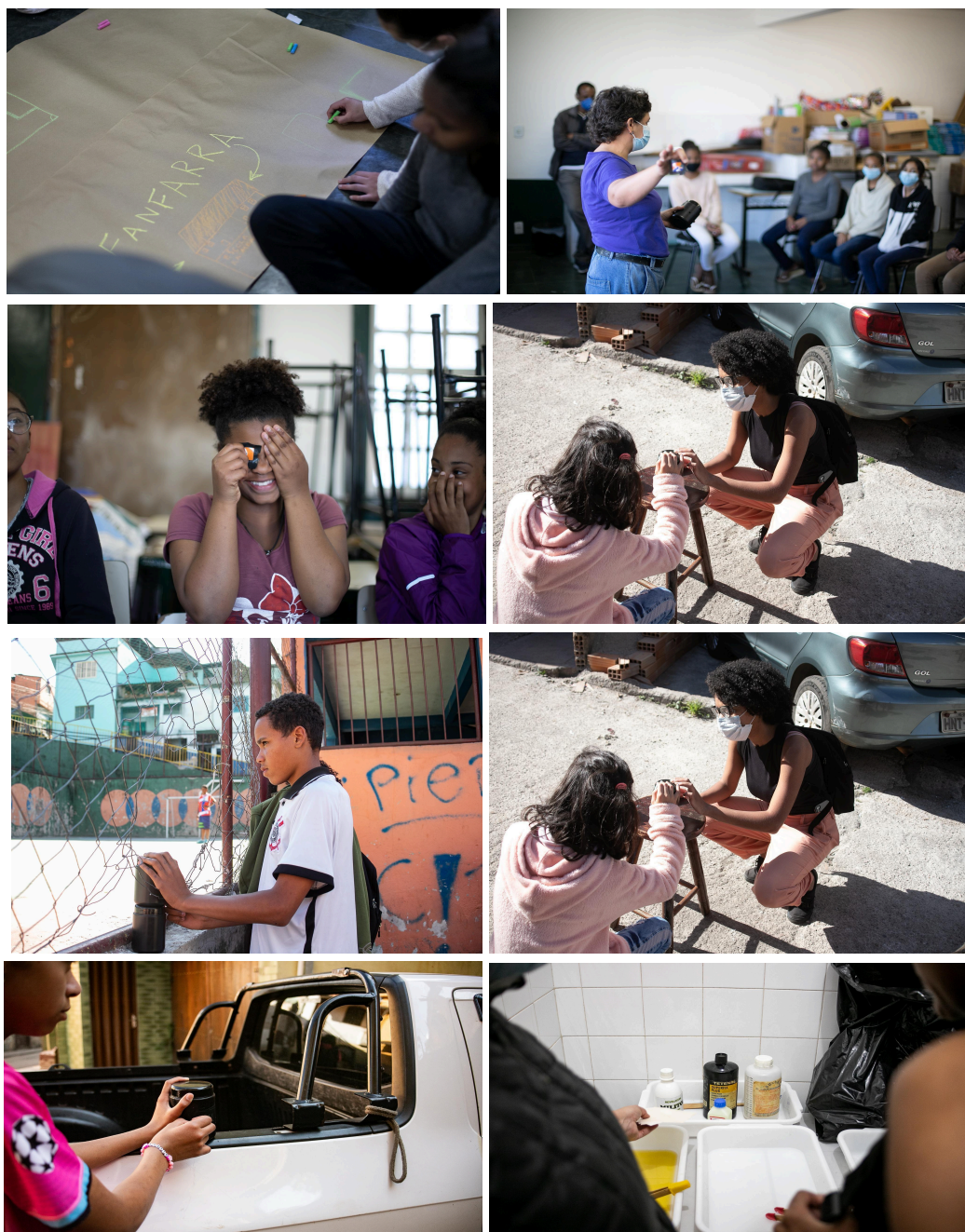
Reflexo das medidas de salvaguarda do perímetro marcado pelo traçado colonial - construídos nos séculos XVIII e XIX - tudo que se destaca desta estética é visto como descaracterizado. Como se dá a formação das identidades dos sujeitos que vivem fora do perímetro patrimonializado? Como o imaginário da “cidade patrimônio” contribui para o apagamento de memórias e subalterna as identidades locais? Como a paisagem que foge do cenário barroco/rococó é entendida? Quais caminhos possíveis para o reconhecimento dessas outras paisagens que também compõem a cidade de Ouro Preto? Como apontar para população local que é criada escutando que patrimônio é somente o que está no “centro histórico” que seu território periférico também é patrimônio? Essas foram e são perguntas norteadoras para o desenvolvimento da ação educativa realizadas pelo projeto *Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania* (JESUS, P. C. N.; GOMES, G. L., 2022, p. 113)

**Figura 4: Quadro de imagens da oficina “Sentidos urbanos: Patrimônio e Cidadania” (2022)**



Pinhole também não possui obturador, para captura da imagem o orifício da câmera é destampado no momento da fotografia e o tempo de exposição é contato pelo fotógrafo de acordo com especificidade do local a ser registrado. Essa técnica fotográfica vem tomando espaço dentro do campo das artes e da educação, sobretudo por estimular a criatividade e auto expressão dentro de um campo que foge do cotidiano (Jesus, P. C. N.; Gomes, G. L., 2022, p. 114)





Créditos: Ana Musova (2022)

Dois importantes elementos para análise foram gerados a partir da ação educativa que ocorreu na Escola Municipal Izaura Mendes com estudantes com faixa etária entre 12 e 14 anos. Primeiro foi o mapeamento dos referenciais culturais<sup>15</sup> a partir do olhar deste grupo (Figura 5). Aqui, foram destacados alguns

<sup>15</sup> A expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as



pontos que convergem com os apontados nas entrevistas da Iniciação Científica, além de outros referenciais que entraram em cena. Importante destacar que as entrevistas ocorreram com adultos entre 24 e 59 anos, no entanto, as atividades atingiram públicos diferentes o que nos possibilita encontrar um denominador comum entre as diferentes gerações presentes no território.

**Figura 5: Mapa gerado pelos estudantes da E. M. Izaura Mendes com os Referenciais Culturais do bairro Piedade**



Fonte: Acervo pessoal da autora

Neste mapeamento, foram identificados pontos de convergência entre os referenciais apresentados no mapa e as respostas obtidas em diferentes questões do questionário aplicado na Iniciação Científica *Musealidade e Território: uma investigação do bairro Nossa Senhora da Piedade em Ouro Preto, Minas Gerais*. Nosso foco se direciona, agora, para evidenciar a intersecção desses conjuntos de dados. Os pontos de concordância encontrados são:

Sendo uma das capelas mais antigas da cidade, presume-se que sua construção data do ano de 1720. Essa presunção baseia-se no fato de que essa data está inscrita na peanha da cruz localizada sobre o telhado da igreja. A ausência de registros formais sobre a fundação de uma Irmandade ou sobre a autorização para a construção da capela nos arquivos do Arcebispado de Mariana pode ser explicada pelo contexto histórico: à época de sua edificação, a região mineira encontrava-se sob a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro.

Em 8 de setembro de 1939, a Igreja Nossa Senhora da Piedade foi tombada em âmbito federal. Segundo o IPHAN (2013), essa medida de preservação abrange não apenas a estrutura física da igreja, mas também todo o conjunto de bens culturais que a compõem. O tombamento foi ratificado por meio de Resolução do

---

atuações no campo da preservação de bens culturais (IPHAN, 2000, p. 13).

Conselho Consultivo da SPHAN, relacionada ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

A igreja e o pátio ao seu redor não se restringem exclusivamente a um espaço de devoção religiosa. Pelo contrário, esses espaços abrigam uma variedade de atividades culturais e sociais, como apresentações musicais, danças — especialmente hip-hop —, brincadeiras e oficinas de diferentes naturezas. Tais usos, além de promoverem a pluralidade cultural, contribuem para o fortalecimento do senso de pertencimento coletivo da comunidade.

**Figura 6: Igreja Nossa Senhora da Piedade (2022)**



Fonte: Acervo pessoal da autora

Os mundéus consistem em uma técnica específica de exploração aurífera utilizada durante o período colonial. Para ampliar a extração do ouro, buscava-se construir canais ou valas artificiais nas encostas das montanhas, com o objetivo de direcionar a água de rios e córregos para áreas onde se acreditava haver depósitos auríferos. O mundéu remanescente da antiga Vila Rica, localizado no bairro Nossa Senhora da Piedade, é um dos poucos exemplares que ainda conserva sua estrutura integral, composta por pedras sobrepostas. Situado na parte posterior da Igreja Nossa Senhora da Piedade, esse mundéu serve atualmente como palco para diversas celebrações religiosas e manifestações culturais.

**Figura 7: Vista para o mundéu (2022)**



Fonte: Acervo pessoal da autora

A quadra esportiva, ao emergir como um local de destaque entre os moradores, ressalta sua importância para a realização de atividades recreativas, esportivas e sociais — ou seja, como um espaço onde as experiências cotidianas se concretizam. No entanto, ela adquire um significado que vai além de suas dimensões físicas, tornando-se um reflexo das dinâmicas sociais e da identidade local.

**Figura 8: Quadra esportiva do bairro Piedade (2022)**



Fonte: Acervo pessoal da autora

O CCBP foi fundado em 2016, a partir de uma iniciativa do Centro Comunitário do bairro. Atualmente, enquadra-se como um Projeto de Extensão Universitária (PROEX/UFOP), sendo um parceiro fundamental na condução de



diversas atividades promovidas na comunidade. Desde sua origem, o programa tem como objetivo oferecer ações de cunho educativo e cultural, por meio de aulas de reforço escolar, da criação de uma biblioteca comunitária, aulas de espanhol e inglês para a comunidade, atividades de dança (salsa e forró), além de oficinas de diversas naturezas.

Atualmente, o espaço ocupado pelo CCBP — cedido pelo Centro Comunitário — encontra-se em estado de abandono. Durante o período da pandemia, o local foi invadido por pessoas em situação de rua e por usuários de drogas. A comunidade, por meio das lideranças locais, tem se mobilizado para manter algumas atividades de forma remota, além de se empenhar na organização de um mutirão voltado à reforma do espaço. Vários moradores engajados relataram ter buscado apoio junto ao poder público, mas, infelizmente, não obtiveram nenhum retorno. Nas palavras expressas durante as entrevistas, os moradores afirmam sentir-se “frequentemente esquecidos pelo poder público”.

**Figura 9: Centro Cultural do Bairro Piedade - CCBP (2022)**



Fonte: Acervo pessoal da autora

Outros referenciais citados que chamaram a atenção foram: a cavalgada, configurando-se como uma tradição histórica e cultural em toda a Serra de Ouro Preto, realizada em diferentes circunstâncias, como celebrações religiosas, eventos cívicos e momentos de lazer; a fanfarra, vinculada à Escola Municipal Izaura Mendes, mas que abre suas portas para toda a comunidade — em 2022, completou 30 anos de história e atuação; o movimento hip-hop (Figura 10), englobando batalhas de rap e danças organizadas pelo coletivo “Fala Favela”, surgido na

comunidade vizinha Morro Santana, por meio de lideranças culturais. Embora o coletivo atualmente se encontre menos atuante, por motivos desconhecidos, o hip-hop permanece presente na cena artística do bairro.

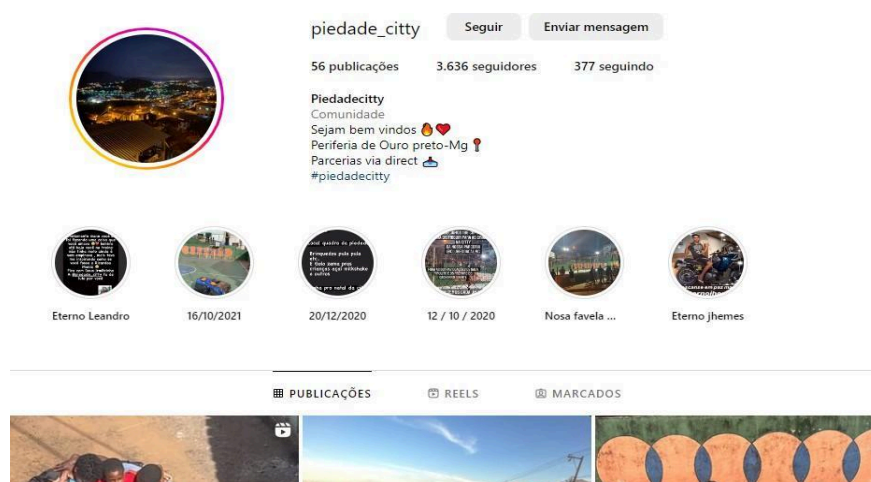
Por fim, destaca-se o Baile Funk, organizado pelo movimento *PiedadeCitty*, que é, atualmente, o coletivo mais atuante no bairro. Composto por moradores, exerce um papel fundamental na promoção da cultura e do lazer, além de assumir funções sociais importantes na tentativa de suprir a ausência de políticas públicas no território. O movimento também ganhou força nas redes sociais (Figura 11): com mais de 3.500 seguidores, o perfil tem como descrição “Periferia de Ouro Preto - MG” e, em várias postagens, a palavra *favela* aparece como sinônimo de orgulho e pertencimento. Além disso, os próprios moradores se apropriaram do perfil, compartilhando diversas vivências e marcando a página @piedade\_citty.

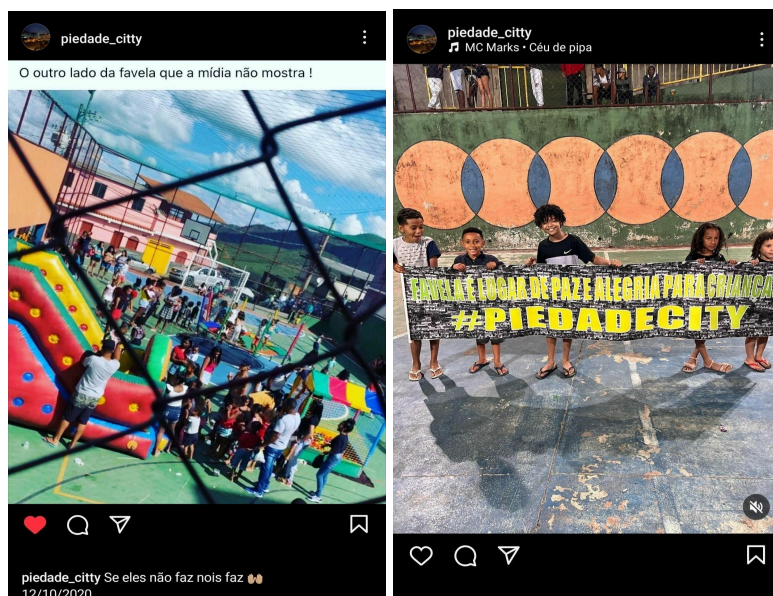
**Figura 10: Quadro de Imagens do evento “Fala Favela” realizado na quadra esportiva e no mundéu (2010)**



Crédito: Temystokles Rosa

**Figura 11: Quadro de prints do instagram do coletivo PiedadeCitty**





Fonte: @piedade\_citty (2023).

O segundo elemento analisado a partir da ação extensionista foram as imagens registradas pelos estudantes (Figura 12). Compreendendo a fotografia como um elemento integrador do patrimônio cultural — que pode ser vista “tanto como uma expressão visual do patrimônio cultural na paisagem quanto ela própria um patrimônio da memória, um lugar de memória” (BATISTA, *apud* JESUS; GOMES, 2022, p. 113) —, as imagens produzidas revelam nuances e detalhes que evidenciam aspectos intrínsecos da cultura e da identidade presentes no bairro. Por meio da lente dos participantes, os elementos visuais escolhidos e organizados realçam os traços distintivos e os potenciais culturais — já discutidos — da localidade.

**Figura 12: Quadro de imagens capturadas por meio da técnica pinhole na oficina Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania**









Fonte: Acervo pessoal da autora

A oficina tornou-se um espaço de exploração e expressão do patrimônio local. Por meio das narrativas construídas pelas imagens geradas, é possível afirmar que elas nos contam histórias, experiências e vivências, possibilitando uma aproximação sensível e um entendimento holístico acerca do bairro. Ao longo do circuito fotográfico, a “vista para o Pico Itacolomi” e a “paisagem” surgiram de forma expressiva nas falas dos participantes, sendo apontadas como cenários considerados patrimoniais e, portanto, dignos de registro. Essas respostas revelam o quanto a paisagem envoltória é significativa na vida desses sujeitos — uma paisagem que, muitas vezes, é inferiorizada em relação ao centro “histórico” da cidade.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a trajetória da pesquisa retomando a história da cidade de Ouro Preto como ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho. Compreender os caminhos que levaram a cidade ao status de Patrimônio Mundial é crucial para analisar a relação de seu povo com o território na contemporaneidade. A história da cidade — desde a chegada dos colonizadores europeus, passando pelo olhar dos modernistas até o processo de patrimonialização e salvaguarda — revela nuances que permitem identificar processos de exclusão e apagamentos de memórias.

Como vimos, a Museologia é uma ciência em expansão, que vem buscando, de forma coesa, espaço e reconhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Sua atuação teórico-prática demonstra que, “se colocada de forma apropriada, a Museologia pode ser fundamentalmente revolucionária, promovendo o engrandecimento da cultura e engendrando novas estratégias do conhecimento” (SOARES, 2009, p. 40).

Observamos também que, de acordo com alguns pensadores, a Museologia, enquanto disciplina, busca investigar a musealidade — sendo esta o valor intangível atribuído aos objetos. Ao reconhecer esse valor, atribui-se à museália múltiplos significados, o que transforma nosso olhar em relação ao objeto. É justamente essa mudança e atribuição de sentidos que possibilita a sua musealização. Nesse sentido, de forma geral, podemos afirmar que o papel da Museologia (entre muitos outros) é também estudar e avaliar a musealidade com o objetivo de preservar a memória e utilizá-la como fonte de conhecimento. Conforme Maroevic:

Resumindo, deveríamos dizer que a Museologia, uma nova disciplina acadêmica, permite-nos elaborar uma via de pensamento e uma abordagem através da qual, no contexto das dimensões dadas da memória no complexo cultural, tornará possível conjugar as abordagens de diferentes disciplinas acadêmicas, que se apresentam separadas ao dirigir-se particularmente a distintos tipos de objetos patrimoniais. Assim, partes do patrimônio que são objetos de estudo científico por parte da História da Arte, da Arqueologia, da Etnologia, da História ou das Ciências Naturais, poderão ser consideradas como um conjunto memorial que pode ser conjugado num nível maior de integração do que aquele que estaria disponível ao especialista de cada disciplina individualizada. **E assim a musealidade, uma característica que se identifica como uma informação possível de qualidades do passado e como um valor que pode ser comunicado a qualquer momento do presente, de forma apropriada, será de grande ajuda ao verificar os planos de memória que deverão ser preservados.** Em certas situações, existe ainda uma relativização do panorama da memória, capaz de ser comunicada no processo de criação da memória coletiva como valor social (MAROEVIC, 2006, p.115, grifo nosso).

De acordo com Cury (2020, p. 136):

A musealidade não é mais apenas o objeto de estudo das propriedades/qualidades dos objetos, mas um fator de construção, valorização e transmissão dessas mesmas propriedades/qualidades” (VAZ, 2017: 44), mas de outras também e igualmente, fazendo com que a musealidade seja ora excludente – porque retira/omite atributos, ora cumulativa, por reter muitas e diferentes atribuições de diferentes orientações de múltiplos contextos e fragmentações sociais, indo além dos “experts”. Com isso, temos que colocar em discussão o pós-colonialismo, a descolonização e as conquistas civis em torno do direito à memória e à participação na musealização.

Caminhando nessas críticas e proposições, Soares (2009) destaca que o pensamento museológico tem o potencial de expandir horizontes, superar barreiras e transcender os limites de preconceitos que possam estar vinculados à sua prática. Suas concepções devem ser inclusivas e livres, possibilitando, assim, a concretização de uma abordagem genuinamente democrática. A autora acrescenta:

Devem servir (as ideias da museologia) aos indivíduos e à sociedade, e assim salvaguardar nosso patrimônio futuro, em seu sentido mais amplo, no presente ativo. A Museologia deve abrir um espaço teórico para explorar o presente, em relação ao passado (como forma de proteção), e o futuro (melhorando a vida humana) (SOARES, 2009, p. 40).

Neste sentido, Vaz (2017), enfatiza a ausência de uma exploração conceitual ou pesquisa empírica que abranja alternativas de musealidade que não estejam restritas a itens ou acervos tradicionais de museus, ou até mesmo desvinculadas da concepção convencional do que um objeto possa ser. Ele ainda acrescenta que:

Devem servir (as ideias da museologia) aos indivíduos e à sociedade, e a Se a Museologia tem por função o enquadramento do patrimônio cultural e sua transformação em herança coletiva, as formas de expressão deste patrimônio são diversas e dinâmicas demais para se resumirem às capacidades de guarda e tratamento nos museus. Da mesma forma, **os processos de musealização precisam se ampliar para dar conta da vasta gama de musealidade possível em cada manifestação do objeto, tangível ou não** (VAZ, 2017, p. 40, grifo nosso).

É justamente a partir deste ponto que, pretensiosamente, apresentamos o território enquanto espaço de musealidade. Com base na noção de territorialidade — que “não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK apud HAESBAERT,

2004, p. 3) —, a presente monografia se propõe a desvendar as potencialidades culturais latentes no território periférico de Ouro Preto.

Buscando ampliar o escopo de compreensão e apreciação do patrimônio da cidade, este estudo se dedicou a evidenciar as ricas manifestações culturais, expressões artísticas e narrativas comunitárias presentes no bairro Nossa Senhora da Piedade. Com isso, ainda que em pequena escala, buscamos contribuir para a valorização e o reconhecimento desses espaços como partes vitais da identidade cultural de Ouro Preto.

Evidencia-se aqui uma pesquisa museológica a partir da Museologia Aplicada que, de acordo com Manuelina, doutora em Museologia:

[...] tem a possibilidade de deflagrar novos processos de musealização e projetar no futuro uma nova relação da sociedade com seu patrimônio a partir dos problemas identificados no presente. Portanto, defendo que é exatamente o viés aplicado da Museologia que lhe garante um canal de projeção no tempo e de transformação social. (DUARTE CÂNDIDO, 2019, p. 150)

Simão (2016) ao propor uma reflexão crítica acerca da relação entre os sujeitos periféricos, a paisagem urbana e o patrimônio, aponta:

Sob o olhar da paisagem urbana, em Ouro Preto a segmentação é visível, não somente pela diferença no tratamento da Municipalidade aos problemas urbanos, que constantemente prioriza a área patrimonializada, mas também pelas discrepâncias em relação à valorização dos diversos lugares. Essa desigualdade em relação aos direitos sociais é questão vista pelos moradores, principalmente por aqueles que moram na periferia, nas áreas mais vulneráveis, que destacam os benefícios da área central, patrimonializada. Aos morros envoltórios é reservado o papel de “descaracterizadores” da paisagem patrimonial, na medida em que, ao ocuparem informalmente as encostas do entorno do centro histórico, alteraram a relação entre ambiente construído e natural, excluindo-os dos benefícios do lugar patrimonializado (SIMÃO, 2016, p.224).

É notório que as periferias da cidade permanecem em um plano de menor visibilidade, muitas vezes esquecidas pela narrativa central hegemônica. Também é evidente — no caso específico do nosso objeto de análise — que a relação estabelecida pelos sujeitos com o bairro transcende a lógica dicotômica que opõe os “menos” ao chamado centro “histórico”. As potencialidades mapeadas no território revelam-se como chave para processos de transformação social, sobretudo por meio das atividades realizadas pelo coletivo *PiedadeCitty*, que vem se consolidando como um importante instrumento de valorização dos patrimônios locais e de fortalecimento da comunidade. No entanto:

A resignificação da periferia como esse território (de memória) irá permitir

aos diversos atores sociais que vivenciam o seu cotidiano estabelecerem novas maneiras de compreensão da sociedade, explorando possibilidades e soluções para o presente e projetadas para o futuro (SILVA, 2022, p. 171).

Todas as ações mencionadas, a partir do olhar dos moradores, colocam em prática os preceitos da Museologia Social que, segundo Chagas e Pires (2018, p. 22), “não é uma prestação de serviço a alguém, mas aquilo de que alguém se vale para se servir (e servir à própria vida), simplesmente à vida – pois museologia que não serve para a vida não serve para nada”. As ações museológicas construídas com a comunidade promovem meios de preservação e salvaguarda da memória coletiva. Ao mediar a relação dos moradores com sua herança cultural, essas ações estabelecem um vínculo profundo entre a comunidade e o patrimônio, enriquecendo a vida no território e promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva do passado e do presente.

Por fim, é importante ressaltar que não buscamos afirmar que o processo de musealização é a solução para os problemas latentes da comunidade, mas, sim, defender que a musealidade está presente no território — fora dos espaços institucionalizados e institucionalizantes. E mais: afirmamos que tanto a musealidade quanto a musealização estão diretamente condicionadas ao sentimento de pertencimento, ao engajamento e, sobretudo, à informação e conscientização acerca do bem patrimonial.

## 5. REFERÊNCIAS

- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **O objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránsky**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.
- BONNEMAISON, Joel. (2002). **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: UERJ.
- BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. **Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a piauiensidade**. SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, v. 10, 2010.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de junho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.
- BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.
- CARVALHO, L. M. de. **O Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM/ICOM) e a relação de um coletivo internacional com os fundamentos, a disseminação e a consolidação de uma disciplina**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 30, p. 1-37, 2022. DOI: 10.1590/1982-02672022v30e13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/183774>. Acesso em: 26 jun. 2023
- CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, N.Sér., v.12, p. 238-265, jan./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_, Suely Moraes. **Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito Museologia: o exercício de uma tese**. MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins)/GRANATO, Marcus, p. 07-24, 2009
- CHAGAS, Mário e PIRES, Vladimir Sibylla (Orgs.) **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Ibram, 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2017.
- CURY, Marília Xavier. **Museologia e conhecimento museológico: uma perspectiva dentre muitas**. Museologia & Interdisciplinaridade, v. 3, n. 5, 2014.
- \_\_\_\_\_, Marília Xavier. **Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena**. Museologia & Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 129–146, 2020.
- \_\_\_\_\_, Marília Xavier. **Museologia-marcos referenciais**. Revista Cadernos do Ceom, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2005.
- D'ANDREA, TIARAJU. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. Novos estudos CEBRAP, v. 39, p. 19-36, 2020.

DE OLIVEIRA, Carlos Augusto. **A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória.** Revista Memore, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.

DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F. (2014). **Conceitos-chave de museologia.** São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **A pesquisa em Museologia ou... por uma pesquisa adjetivada.** Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios, p. 147-162, 2019.

FERREIRA, Eduardo Evangelista. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos.** 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FIGUEIREDO L. 2011. Boaventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810): a cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo (2ª ed.). Rio de Janeiro, Editora Record. 387p.

FIGUEREDO, Thiago de Paula. **Reabilitação de espaços públicos no bairro Piedade, Ouro Preto, Minas Gerais.** 2019. 70 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

FRANCO, Marcia Maria de Arruda. **Ouro Preto dos poetas modernistas.** Remate de Males, Campinas, SP, v. 33, n. 1-2, p. 211–224, 2015. DOI: 10.20396/remate.v33i1-2.8636453. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636453>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FUINI, L. L. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações.** Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 19–29, 2017. DOI: 10.5902/2236499422589. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>. Acesso em: 8 mar. 2023.

GOMES, C. R. **O pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia.** Informação & Sociedade: Estudos, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 21–35, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23934>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GOMES, G. de L.; JESUS, P. N. Patrimônio, Paisagem Cultural e Comunidades Periféricas: interfaces por meio da fotografia pinhole. In.: **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, v. 97, n. 2 (set.- out. 2022). Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022.

GOUVEIA, I. **Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 28, p. 1-29, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d2e58. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/168427>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GREGOROVÁ, Anna. **La muséologie: science ou seulement travail pratique du musée?**. In: ICOFOM. La muséologie: science ou seulement travail pratique du musée? Museological Working Papers - MuWoP/DoTraM, Estocolmo, n.1, p. 19-21, 1980.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. Cadernos Museológicos. N. 3, Museológicos Rio de Janeiro, p. 7-12, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2023.

JESUS, P. N; GOMES, G. de L. **Musealidade e Território: uma investigação do bairro Nossa Senhora da Piedade no município de Ouro Preto, Minas Gerais**. Relatório de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação da Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

LIMA, D. F. C. **Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: ‘tematizando’ Bourdieu para um convite à reflexão**. Revista do Programa de pós-graduação em ciência da informação da Universidade de Brasília. Brasília: Abril de 2013.

MAROEVIC, Ivo. **O papel da musealidade na preservação da memória**. (tradução de Tereza Scheiner, disciplina Museologia 1.). mimeo. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu de cidade e a consciência de cidade**. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães; GUIMARAENS, Cêça (org.). **Museus & Cidades**. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 255-282.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999. (Dissertação de Mestrado)

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos museológicos, 1).

NATAL, C. M. **Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v1i1.8635117. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635117>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, p.7-27, dez. 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Decreto nº. 13, de 19 de setembro de 1931.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANDOVAL, C. da G.; ARRUDA, J. S.; SANTOS, N. C. **Ouro Preto - impactos da atividade turística em uma cidade tombada**. Itinerarium, [S. l.], v. 2, 2009. Disponível em: <http://seer.unirio.br/itinerarium/article/view/398>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **Territorio y movimientos sociales**. Debates, Buenos Aires, Observatorio Social de América Latina, CLACSO, ano 6, n. 16, jan.abr., p. 251-261, 2005.

\_\_\_\_\_, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

**Semana de Arte Moderna**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.

SILVA, Wellington Pedro da. **Memórias, identidades e territórios periféricos: decolonizar os estudos discursivos críticos**. 2022. 308 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SIMÃO, M. C. R. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 266 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SOARES, Bruno C. Brulon. **Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu**. Senatus, Brasília. V. 7, n. 2, p. 32-41, dez. 2009.

\_\_\_\_\_, Bruno. **A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental**. *Mana*, v. 21, p. 267-295, 2015.

SPINA, Gabriel Luis; SERRATO, Edgar Bruno Franke. **Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica**. Educação, Batatais, v. 5, n. 3, p. 99-116, 2015.

TEIXEIRA, Ivan Manoel Ribeiro. **Os fazedores de territórios: migração ruralidades no contexto urbano**. REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 1, n. 1, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (tradução de Livia Oliveira). - São Paulo: DIFEL, 1983.

VAZ, Ivan Gomide Ramos. **Sobre a Musealidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.